

Auditoria financeira: o caso da UHY & Associados, SROC, Lda.

Relatório de Estágio

Tânia Maria Cordeiro Raposo

Mestrado em

Ciências Económicas e Empresariais



Auditoria financeira: o caso da UHY & Associados, SROC, Lda.

Relatório de Estágio

Tânia Maria Cordeiro Raposo

Orientador

Prof. Doutor João Carlos Aguiar Teixeira

Relatório de estágio submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade.



RESUMO

O presente relatório de estágio visa a obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, na Universidade dos Açores.

Este relatório, cujo tema principal é a auditoria financeira, tem por base o estágio realizado na empresa UHY & Associados, SROC, Lda., tendo início no dia 1 de outubro de 2020 e término no dia 30 de junho de 2021. O estágio permitiu a participação em trabalhos de Revisão Legal de Contas em diversas empresas da Região Autónoma dos Açores.

Na caracterização da entidade verifica-se que a UHY tem vindo a consolidar lugar entre as mais prestigiadas empresas de auditoria, contabilidade e consultoria, sendo a sua prioridade prestar serviços de alta qualidade e adequados às necessidades de cada cliente. Importa referir que através da auditoria financeira o auditor emite um parecer acerca das demonstrações financeiras representarem ou não uma imagem verdadeira e apropriada da empresa, bem como se estão isentas de distorções materiais. Para tal, é fundamental recolher prova de auditoria suficiente e apropriada.

Neste estágio, destacam-se as atividades desenvolvidas durante o planeamento de auditoria, nomeadamente a atualização do arquivo permanente e a realização de procedimentos analíticos, bem como a análise de diversas rubricas sujeitas a auditoria durante a fase intermédia e a fase final, sobre as quais incidiram vários testes.

Da análise crítica ao estágio resulta uma opinião positiva quanto à entidade, essencialmente devido à excelente capacidade de formação que a UHY proporciona aos colaboradores, permitindo que estes prestem serviços de alta qualidade. Nas atividades desenvolvidas, denota-se que as rubricas de ativos fixos tangíveis, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal requerem um trabalho mais complexo e rigoroso, que exige sempre colocar em prática os conteúdos abordados nas diversas unidades curriculares da licenciatura e do mestrado.

Palavras-chave: Auditoria financeira, Estágio, UHY & Associados, SROC, Lda.

ABSTRACT

This internship report was written with the aim to obtain the master's degree in Economic and Business Sciences, with specialization in Finance and Accounting, at the University of the Azores.

This report, whose main theme is financial auditing, is based on the internship held at UHY & Associados, SROC, Lda., which started on October 1st, 2020, and is expected to end on June 30th, 2021. The internship allowed the participation in statutory auditing jobs in several companies in the Autonomous Region of the Azores.

In the entity characterization, it is verified that UHY has been consolidating a place among the most prestigious auditing, accounting, and consulting companies, and its priority is to provide high quality services that are appropriate to the needs of each client. It should be noted that through the financial audit process the auditor issues an opinion as to whether the financial statements represent a true and fair view of the enterprise and whether they are free from material distortions. To this end, it is essential to obtain sufficient and appropriate audit evidence.

On this internship, the main activities carried out were related to the audit planning, namely the update of the permanent archive and the implementation of analytical procedures, as well as the analysis of various items subject to audit during the intermediate and final phases, on which several tests were carried out.

From the critical analysis of the internship, there is a positive opinion about the entity, mainly due to the excellent training capacity that UHY provides to its employees, allowing them to provide high quality services. In the activities developed, it is denoted that the items of tangible fixed assets, supplies and external services and personnel expenses require a more complex and rigorous work, which always requires to put into practice the contents addressed in the various curricular units of the undergraduate and master's degree.

Keywords: Financial Auditing, Internship, UHY & Associados, SROC, Lda.

AGRADECIMENTOS

O presente relatório traduz a conclusão de uma etapa importante do meu percurso acadêmico e, como tal, não poderia deixar de manifestar o meu agradecimento a todos aqueles que contribuíram para o alcance deste objetivo.

Agradeço ao meu orientador Prof. Doutor João Carlos Aguiar Teixeira por toda a disponibilidade, atenção e profissionalismo oferecidos ao longo da realização de todo o relatório.

De uma forma especial, agradeço profundamente à minha colega e amiga Solange Ponte por me acompanhar nesta fase importante da minha vida. Muito obrigada pelo incentivo, preocupação, apoio, cumplicidade e, essencialmente, pelos momentos felizes que criamos juntas.

À minha família, em especial pais e namorado, agradeço a paciência, o carinho e a força que sempre me transmitiram. Obrigada por acreditarem em mim e por me encorajarem a nunca desistir.

Por fim, agradeço aos meus colegas de trabalho pelo excelente profissionalismo e apoio disponibilizados no decorrer do estágio, bem como por todas as explicações que contribuíram para o meu crescimento profissional.

ÍNDICE

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
AGRADECIMENTOS	iii
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA UHY	3
2.1. Apresentação e história da empresa.....	3
2.2. Estrutura organizacional da empresa	5
2.3. Missão, objetivos, valores e concorrentes da empresa	7
2.4. Vantagem competitiva	9
CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE A AUDITORIA FINANCEIRA	11
3.1. Conceito e importância da auditoria financeira	11
3.2. Outros tipos de auditoria	14
3.3. Planeamento de auditoria.....	16
3.4. Prova de auditoria	20
CAPÍTULO IV – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO.....	23
4.1. Atividades executadas no planeamento de auditoria	23
4.2. Atividades realizadas na auditoria intermédia	25
4.2.1. Ativos fixos tangíveis	25
4.2.2. Estado e outros entes públicos.....	27
4.2.3. Reconciliações bancárias	28
4.2.4. Vendas e prestações de serviços	29
4.2.5. Fornecimentos e serviços externos	30
4.2.6. Gastos com o pessoal.....	31
4.2.7. Inventários	33
4.3. Atividades desenvolvidas no fecho de contas.....	34
CAPÍTULO V – ANÁLISE CRÍTICA AO ESTÁGIO	36
5.1. Análise crítica à entidade	36
5.2. Análise crítica às atividades realizadas.....	38
5.2.1. Análise crítica às atividades de planeamento de auditoria	38
5.2.2. Análise crítica às atividades da fase intermédia	39
5.2.3. Análise crítica às atividades da fase final	41
5.3. Aplicação de conhecimentos adquiridos durante a licenciatura e o mestrado	42
CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Organigrama da UHY	6
Figura 2. Relação entre as partes intervenientes num trabalho de garantia de fiabilidade..	12
Figura 3. O risco de auditoria e as suas componentes	19
Figura 4. Relação inversa entre materialidade e risco de auditoria	20
Figura 5. Credibilidade da prova	22
Figura 6. Matriz SWOT	38

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste num relatório de estágio elaborado com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, na Universidades dos Açores.

Este relatório tem por base o estágio realizado na UHY & Associados, SROC, Lda., na área de auditoria financeira, que se encontra ao abrigo do programa Estagiar L, o qual teve início no dia 1 de outubro de 2020 e término no dia 30 de junho de 2021, num total de nove meses. As atividades desenvolvidas neste estágio estão assentes na participação em trabalhos de Revisão Legal de Contas em diversas empresas da Região Autónoma dos Açores.

Uma das razões pelas quais decidi realizar o estágio em auditoria financeira deveu-se ao facto de ser uma área bastante complexa a nível profissional e de permitir uma constante atualização de conhecimentos. Além disso, é uma área que inclui uma diversidade de conteúdos teóricos e práticos, sobre os quais sempre demonstrei elevado interesse e entusiasmo ao longo do percurso académico.

O relatório é composto por um total de seis capítulos distintos, designadamente o capítulo de introdução, caracterização da empresa, enquadramento teórico sobre a auditoria financeira, atividades desenvolvidas no estágio, análise crítica ao estágio e, por fim, a conclusão.

No capítulo II, e com o objetivo de dar a conhecer a empresa e toda a sua atividade, descreve-se um conjunto de tópicos relacionados com a sua caracterização, destacando-se aspetos como a apresentação e história, estrutura organizacional, missão, objetivos, valores e concorrentes, e vantagem competitiva.

O capítulo III destina-se à exposição da vertente teórica, sendo para esse efeito elaborado um enquadramento teórico sobre a auditoria financeira, nomeadamente no que respeita aos conteúdos mais relevantes desta matéria. Numa primeira fase, apresenta-se o conceito e a importância da auditoria financeira, sendo também expostos os outros tipos de auditoria. Pelo facto de ser uma área que abrange diversos tópicos relevantes, pretende-se descrever todo o processo de planeamento de auditoria e recolha de prova, realçando-se os pontos mais críticos.

O capítulo IV tem como finalidade descrever a componente prática do estágio, mais precisamente todas as atividades desenvolvidas durante o processo de auditoria, encontrando-se dividido em três subcapítulos. O primeiro subcapítulo destina-se a

explicitar todas as tarefas executadas durante o planeamento de auditoria. Os restantes dois subcapítulos visam relatar todas as atividades realizadas nas duas fases de auditoria, essencialmente no que respeita às rubricas das demonstrações financeiras analisadas ao longo do estágio.

Em relação ao capítulo V pretende-se realizar uma análise crítica à entidade e às diversas atividades desenvolvidas no âmbito do estágio. Além disso, e de modo a expor o contributo do percurso académico, é também efetuada uma interligação entre os conhecimentos adquiridos durante a licenciatura e o mestrado e as atividades realizadas na empresa acolhedora do estágio.

Por fim, é elaborada uma conclusão que reflete todas as considerações finais acerca do relatório de estágio.

CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA UHY

Neste capítulo pretende-se descrever um conjunto de tópicos relacionados com a caracterização interna e externa da empresa, designadamente apresentação e história, estrutura organizacional, missão, objetivos, valores e concorrentes, e vantagem competitiva.

2.1. Apresentação e história da empresa

A UHY & Associados, SROC, Lda., também designada por UHY Portugal, é uma sociedade civil sob a forma comercial de sociedade por quotas que possui escritórios em Lisboa, Porto, Funchal e Ponta Delgada. Atendendo ao Relatório de Transparência do Exercício de 2019 (UHY, 2019), esta empresa detém um capital social de 68.300€, integralmente realizado, sendo os seus sócios e Revisores Oficiais de Contas (ROC) António Oliveira e Rui Carrilho (Lisboa), António Santos (Porto e Funchal) e Manuel Branco (Ponta Delgada). O sócio UHY Hacker Young representa o grupo UHY Internacional e é uma sociedade inscrita como *Chartered Accountants* em Inglaterra e País de Gales.

A UHY Portugal foi criada em junho de 1999 através de um grupo de profissionais que decidiu desenvolver um projeto na área da auditoria financeira. Esta empresa é membro da *Urbach Hacker Young International Limited*, uma companhia com sede no Reino Unido, e faz parte da UHY Internacional, isto é, uma rede internacional de firmas independentes especializadas na prestação de serviços para negócios, cujas atividades se centram na auditoria, contabilidade e consultoria. Atualmente, é uma das redes líderes mundiais que opera em 101 países através de 330 escritórios e emprega cerca de 8.500 pessoas, encontrando-se em 17.º lugar entre as maiores redes internacionais deste setor (UHY, 2020a).

A UHY Internacional foi fundada em 1986 pelas firmas inglesa e norte-americana *Hacker Young* e *Urbach Kahn & Werlin Advisors*, respetivamente, sendo dirigida por um Conselho Permanente, sediado em Londres, com representantes distribuídos por vários países (UHY, 2020a). Esta empresa tem como prática coordenar e implementar políticas e procedimentos internacionais de trabalho de qualidade para todos os seus membros. Assim, possibilita que estes disponham de apoio técnico, formação e reconhecimento internacional da organização pelo facto de poder acompanhar os negócios dos seus clientes em qualquer parte do mundo mantendo, no entanto, a independência dos seus

membros. Além disso, e de modo a garantir a prestação de serviços profissionais de qualidade, a UHY Internacional procede ao controlo de qualidade dos serviços prestados pelos membros. É de referir ainda que esta rede é membro do *Forum of Firms*, uma associação internacional de redes de firmas de auditoria, cujo objetivo é promover a consistência e incrementar os níveis de qualidade do reporte financeiro e das práticas de auditoria a nível global.

No que respeita a cada membro da UHY Internacional, salienta-se que cada firma é legalmente separada e independente, pelo que os serviços não são prestados pela rede, mas pelas entidades integrantes. Nesse sentido, nem a UHY Portugal nem qualquer outra sociedade membro pode ser responsabilizada por serviços prestados por outros membros, cumprindo-se rigorosamente os enquadramentos legais, principalmente no domínio da independência, que delimitam que algumas das sociedades prestam apenas serviços em determinadas áreas e não em todas.

Em Portugal, além da UHY & Associados, SROC, Lda. que presta serviços de revisão legal de contas, auditoria e serviços relacionados, pertence à rede UHY Internacional a UHY Consulting, Lda. que tem por objeto serviços na área de consultoria de gestão, consultoria fiscal e de sistemas de informação (UHY, 20b, c).

Ao longo dos anos e tendo em conta a informação disponível do setor, a UHY Portugal vem consolidando lugar entre as maiores empresas de serviços profissionais a operar no mercado nacional. Esta conquista assegurou um crescimento estável e progressivo das operações, fruto de um forte dinamismo e espírito de equipa que sempre “vestiu a camisola” dos clientes e, conseqüentemente, da marca UHY (UHY, 2020a).

A sólida posição que a UHY Portugal tem vindo a alcançar no mercado nacional deve-se ao conjunto de capacidades e recursos disponibilizados pela rede internacional, cuja cultura assenta no desenvolvimento profissional e no reconhecimento do mérito. Esta entidade ao participar ativamente nas conferências internacionais valoriza os seus profissionais e assegura que os seus clientes recebem a mesma qualidade de serviço e atenção personalizada dos restantes membros da rede global.

Assim, o sucesso dos clientes proporcionado pela UHY Portugal é a origem do seu crescimento e posicionamento entre as mais importantes empresas de serviços profissionais em Portugal, partilhando do sucesso global que tem sido a imagem de marca internacional em que se insere, a UHY Internacional.

2.2. Estrutura organizacional da empresa

Na opinião de Teixeira (2019), a estrutura organizacional de uma entidade é definida com base nos seus objetivos, dimensão, tipo de negócio, entre outros fatores, procurando sempre a máxima eficácia e eficiência com que as atividades são executadas. É através de um organigrama que se representa a forma estrutural, o qual reflete uma espécie de fotografia num dado momento da sua existência.

De entre os vários modelos de estruturação, aquele que mais se adequa à empresa UHY é a estrutura funcional, pelo facto de existir uma divisão do trabalho de forma hierárquica. A delegação de tarefas é estabelecida tendo em conta a posição assumida dentro da organização que, por sua vez, varia consoante os anos de experiência.

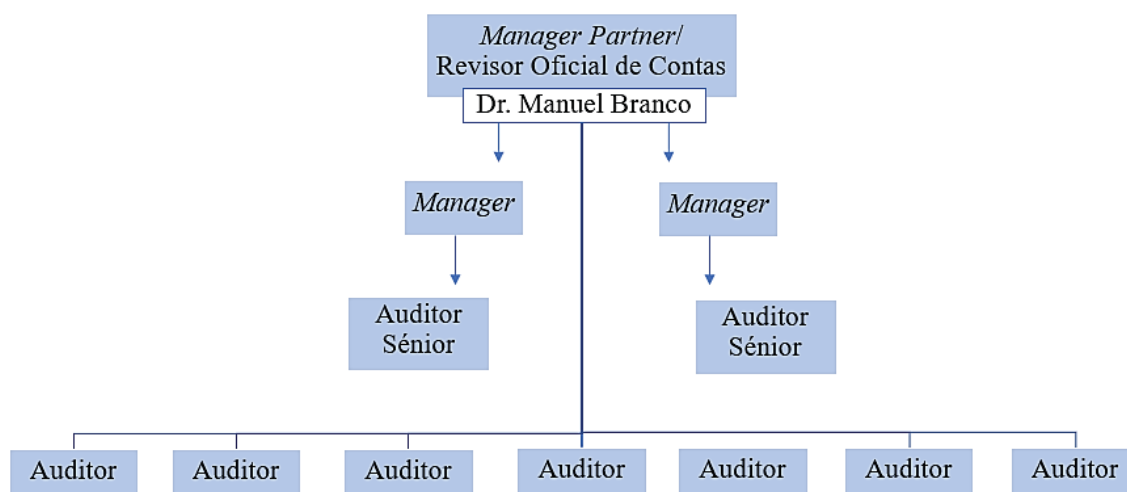
Segundo Almeida (2016), a estrutura funcional consiste em “generalizar ao funcionamento global da organização a lógica da departamentalização funcional. Isto é, trata-se de agregar as tarefas de acordo com as funções desenvolvidas pela organização”.

Como salientado por Teixeira (2020), este tipo de estrutura caracteriza-se pela “divisão do trabalho e delegação de autoridade e responsabilidade a partir das funções «clássicas» da gestão: financeira, produção, comercial, pessoal, etc.”.

A UHY, sediada em Ponta Delgada, apresenta como sócio fundador e Revisor Oficial de Contas o Dr. Manuel Luís Fernandes Branco (ROC 652), também designado por *manager partner*. É da sua responsabilidade a realização de auditorias em empresas de média e grande dimensão, entre as quais se encontram as principais entidades públicas, como por exemplo os hospitais dos Açores, a Universidade dos Açores, entre outras entidades do setor não lucrativo e algumas do setor privado. Também fazem parte da sua competência a certificação de projetos de investimento e a elaboração de trabalhos especiais, nomeadamente relacionados com indícios de fraude.

A Figura 1 apresenta a organização hierárquica da UHY. Esta engloba dois *managers* (supervisores), que são os responsáveis pela preparação e planeamento do programa de trabalho, acompanhamento da execução do trabalho de campo e coordenação das equipas de trabalho. No nível abaixo encontram-se dois auditores seniores, ou seja, aqueles que executam o trabalho de campo que está consubstanciado nos programas de trabalho definidos e aprovados. Na base estão presentes sete auditores (assistentes), cujas funções assentam essencialmente na construção de uma série de mapas de trabalho que permitem averiguar se as demonstrações financeiras dos clientes estão em conformidade legal e de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA), totalizando 11 colaboradores.

Figura 1. Organigrama da empresa UHY



Fonte: Adaptado do Relatório de Transparência do Exercício de 2019 (UHY, 2019)

De acordo com Almeida (2019), os sócios são “os proprietários da sociedade de auditoria”, tendo como funções a direção da equipa e a revisão e controlo de qualidade. Os supervisores “supervisionam a condução das auditorias pelos seniores”, prestando orientação no planeamento e na realização da auditoria, bem como na revisão das tarefas que cada sénior tem a seu cargo. Regra geral, têm mais de cinco anos de experiência e, como tal, necessitam de possuir um amplo conhecimento nas matérias dominantes desta área. Já os seniores têm dois ou mais anos de experiência em auditoria e são os “responsáveis pelo trabalho de campo” que é desenvolvido pelos assistentes, fazendo parte da sua competência zelar pela aplicação das normas de auditoria nos papéis de trabalho. Os assistentes são os trabalhadores que ocupam o primeiro cargo numa sociedade de auditores, tendo as tarefas mais rotineiras e detalhadas.

A forma estrutural da UHY assemelha-se a uma diferenciação vertical, que na opinião de Almeida (2016) consiste no “número de níveis hierárquicos expressos verticalmente no organigrama da organização e que traduz a amplitude de controlo, ou seja, o número de subordinados suscetíveis de serem supervisionados, de forma eficiente, por um gestor”. Por outras palavras, é a amplitude de controlo que determina o número de níveis hierárquicos, isto é, a altura do organigrama, que neste caso são quatro. De salientar que pelo facto de a diferenciação vertical originar uma maior diluição da autoridade e, por conseguinte, da responsabilidade, é importante que haja um justo equilíbrio entre a autoridade delegada a cada nível hierárquico e as responsabilidades a que está sujeita.

2.3. Missão, objetivos, valores e concorrentes da empresa

Numa época cada vez mais competitiva e exigente torna-se necessário contribuir para o crescimento dos clientes através da inovação, excelência, qualidade e rigor dos serviços prestados (UHY, 2020a).

Na perspectiva de Teixeira (2019) e de Laruccia (2012), a missão de uma organização traduz o conceito de negócio e visa difundir o espírito da empresa e a sua filosofia base de atuação, sendo o ponto de partida para a definição dos objetivos. A missão também reflete os propósitos gerais e permanentes da gestão global, permitindo a definição dos fins estratégicos da empresa. É de realçar que deve ser expressa formalmente de modo que todos os trabalhadores disponham de orientação e uniformidade de propósitos. De um modo geral, a missão transmite a finalidade pela qual a organização foi criada, revelando a sua identidade e personalidade, e deve englobar toda a organização na sua concretização.

A missão da UHY é proporcionar aos clientes serviços profissionais de excelência numa ótica quer nacional, quer internacional, de forma a maximizar a criação sustentável de valor. O seu compromisso de serviço com cada cliente tem por base elevados padrões éticos e de profissionalismo, que estão presentes na qualidade do serviço prestado, na disponibilidade e no envolvimento por parte de profissionais qualificados (UHY, 2020a).

Depois de definir a missão, a empresa deve estabelecer objetivos que, segundo o mesmo autor, são o “resultado desejado numa qualquer atividade”. Estes devem ser expressamente definidos de forma diferente, de modo que seja perceptível que metas e alvos não são sinónimo de objetivos. Ao contrário da missão, que é estabelecida de forma mais genérica, vaga e não quantificada, os objetivos devem ser concretos e escritos, sendo um compromisso comum a todos os colaboradores no sentido de atingirem um resultado mensurável, isto é, possível de ser medido. É também importante referir que os objetivos devem apresentar algumas características, devendo ser hierárquicos, pois existem objetivos mais importantes que outros, consistentes, ou seja, por serem múltiplos devem harmonizar-se, mensuráveis, no sentido de se verificar até que ponto os objetivos foram atingidos, calendarizáveis porque deve-se reportar os objetivos ao tempo e desafios atingíveis, dado que devem ser realistas. Assim, são os objetivos que orientam as decisões tomadas pela organização de modo a irem ao encontro da missão.

A UHY foi criada com o objetivo de disponibilizar serviços profissionais de elevada qualidade que permitam aos seus clientes enfrentar e vencer os mais complexos desafios impostos pela globalização do mercado (UHY, 2020a).

De acordo com Chiavenato (2004), os valores são crenças que refletem o que é importante para a organização e representam a sua filosofia e motivação. Como os valores influenciam os comportamentos, as atitudes e as decisões tomadas, devem ser compartilhados por todos os colaboradores, servindo de guia de orientação para o alcance de resultados positivos.

A empresa UHY destaca-se dos demais concorrentes pelos valores que a definem, nomeadamente proximidade, flexibilidade, qualidade e rigor, dinamismo e inovação, confidencialidade, transparência e integridade, e disponibilidade e envolvimento totais (UHY, 2020d).

A proximidade que esta entidade promove com cada cliente permite a construção de relações fortes e diretas, baseadas na vontade de desenvolver relacionamentos de longo prazo assentes numa relação de confiança recíproca.

A flexibilidade advém da oferta de uma grande diversidade de soluções que procuram satisfazer as necessidades específicas de cada cliente. Para que os serviços sejam personalizados e adequados ao seu perfil, existe um acompanhamento constante e uma partilha dos problemas que só é possível através de um diálogo permanente com o cliente. Apesar de a UHY ser membro de uma rede internacional de excelência e pensar a nível global, também sabe como atender às exigências locais.

A aposta na constante melhoria da qualidade dos serviços prestados propicia a garantia de elevados padrões de qualidade e rigor, dentro dos prazos pretendidos pelo cliente. A procura por colaboradores que partilham dos valores desta empresa também contribui para uma qualidade de serviço de alto padrão porque têm as características certas para cada trabalho.

A UHY considera o desenvolvimento tecnológico como uma oportunidade de melhoria e um fator diferenciador, apresentando um forte dinamismo e inovação. Nesse sentido, tende a ser proativa e a antecipar as dificuldades que possam advir dos desafios que o mercado vai colocando.

Em relação à confidencialidade, a informação é tratada de forma exclusiva e com o cuidado de não ser transmitida, verbalmente ou por escrito, a terceiros, havendo a implementação de regras de independência e confidencialidade intrínsecas a esta profissão.

Esta entidade adota uma postura clara e transparente no que diz respeito ao trabalho e na relação com os clientes, sendo honesta e verdadeira para com estes. Além disso, coloca a ética acima de tudo e estimula o cumprimento de padrões estritos de

comportamento transversais a toda a estrutura, originando transparência e integridade nas relações profissionais.

Por fim, a UHY recorre a equipas multidisciplinares que vivem “por dentro” os problemas dos clientes, ou seja, tornam sua a urgência de cada um assim como os seus objetivos, havendo uma disponibilidade e envolvimento totais por parte de toda a organização. Esta empresa tem fortes hábitos de trabalho em prazos apertados para atingir os resultados desejados, traduzindo a sua boa capacidade em lidar com a pressão.

Na perspetiva de Chiavenato (2004), as organizações não estão sozinhas no mercado, razão pela qual existem concorrentes. Este termo é normalmente utilizado quando há um grupo de empresas que atuam no mesmo mercado e oferecem produtos ou serviços semelhantes, também designados de substitutos. A concorrência é considerada um motor de crescimento e desenvolvimento pelo facto de promover a eficiência produtiva e a inovação dos produtos e serviços, sendo a sua existência indispensável. Nesse sentido, as empresas devem conquistar vantagens estratégicas que permitam posicionar fortemente os seus produtos e serviços na mente dos consumidores face às ofertas dos concorrentes.

A UHY apresenta como principais concorrentes a empresa Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda., que desenvolve atividades nas áreas de contabilidade, auditoria e consultoria fiscal, e a empresa R. Cordeiro & Associados, SROC, Lda., cujas atividades são essencialmente auditoria, fiscalidade e consultoria.

2.4. Vantagem competitiva

Na atual economia globalizada, não há nenhuma empresa que possa deixar de pensar internacionalmente, pois mesmo que não tenha expandido o seu negócio para além das fronteiras nacionais, tem de ter em conta que existem clientes, fornecedores ou competidores distribuídos por vários lugares do mundo (UHY, 2020e).

Segundo a mesma fonte, a UHY sempre acompanhou os seus clientes a ultrapassarem os crescentes desafios que advêm da internacionalização das suas atividades económicas, sendo uma vantagem competitiva que promove a sua distinção no mercado.

Almeida (2016) define vantagem competitiva como o conjunto de características diferenciadoras que permitem o alcance de uma posição superior no mercado face à concorrência. Assim, uma empresa apresenta vantagem competitiva quando oferece, de forma sustentável, maior valor ao cliente do que os seus competidores. Para tal, é necessário não só estar atento à evolução das necessidades dos clientes como também às estratégias dos concorrentes.

A UHY destaca-se pela ajuda que proporciona aos clientes no alcance do sucesso empresarial, através da realização de negócios com organizações de qualquer tipo ou dimensão, ou da competição, tendo como vantagem o acesso à melhor informação no mercado nacional ou estrangeiro. Além disso, os clientes também beneficiam das constantes interações e trocas de informação que são partilhadas a partir da rede internacional.

Segundo o mesmo autor, o sucesso empresarial depende de quão competitiva é a empresa, isto é, da sua capacidade para oferecer valor aos clientes, podendo variar no tempo, mas também de empresa para empresa.

A rede nacional de escritórios possibilita o contacto próximo com os clientes, a partilha de conhecimento e soluções entre profissionais de topo, sendo garantidos altos padrões de qualidade. A UHY é uma entidade com grande capacidade de flexibilidade no que respeita ao encontro das respostas mais adequadas a cada situação, entregando valor acrescentado.

A criação de relações de confiança duradouras com os clientes é igualmente um ponto forte desta empresa, isto porque são oferecidas soluções personalizadas, inovadoras, práticas e de alta qualidade, que ajudam o cliente na tomada das melhores decisões.

De um modo geral, a UHY evidencia vantagens competitivas relativamente aos seus rivais, visto que disponibiliza os recursos adequados, a partilha de conhecimento e o envolvimento imediato e total dos profissionais, procurando soluções flexíveis e adequadas ao perfil de cada cliente.

Em suma, a UHY faz parte das mais prestigiadas redes internacionais de auditoria, contabilidade e consultoria. Os serviços prestados são adaptados à cultura de cada cliente para que as suas necessidades sejam satisfeitas, havendo a oferta de soluções personalizadas e inovadoras. O compromisso com a qualidade é um dos principais valores desta entidade, por isso existe sempre um esforço para alcançá-lo. Tudo isto contribui para a capacidade excepcional que a UHY tem para ajudar os clientes a competir de maneira eficaz e bem-sucedida, quer seja no mercado local, nacional ou internacional.

CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE A AUDITORIA FINANCEIRA

Este capítulo tem como objetivo a realização de um enquadramento teórico sobre a auditoria financeira, sendo desenvolvidos os tópicos mais relevantes desta matéria. Em primeiro lugar, apresenta-se o conceito e a importância da auditoria financeira, bem como os outros tipos de auditoria. De seguida, descreve-se todo o processo de planeamento de auditoria e recolha de prova.

3.1. Conceito e importância da auditoria financeira

As empresas emitem informação financeira e não financeira, razão pela qual torna-se necessário garantir, através da realização de auditorias financeiras, que a informação prestada a todos os interessados é fidedigna, tal como refere Alves (2015). Este mesmo autor realça que, para garantir a credibilidade do auditor, não é apenas suficiente afirmar que as contas da empresa estão corretas, é necessário que haja um exame às contas de acordo com as normas aplicáveis, devendo este ser efetuado por alguém independente da empresa, bem como o relatório que é emitido. O auditor está também sujeito a um sistema de controlo que o penaliza pelo incumprimento dessas normas.

Almeida (2019) define auditoria financeira como “um processo objetivo e sistemático, efetuado por um terceiro independente, de obtenção e avaliação de prova em relação às asserções sobre ações e eventos económicos, para verificar o grau de correspondência entre essas asserções e os critérios estabelecidos, comunicando os resultados aos utilizadores da informação financeira”. As asserções são afirmações prestadas pela gerência acerca de ações, acontecimentos ou condições incluídas nas demonstrações financeiras. Assim, é com base na auditoria financeira que são apuradas provas para confirmar as asserções declaradas pelo órgão de gestão e avaliar se estão em conformidade com as normas contabilísticas, sendo posteriormente comunicadas as conclusões do auditor aos utilizadores da informação financeira, sejam atuais ou potenciais.

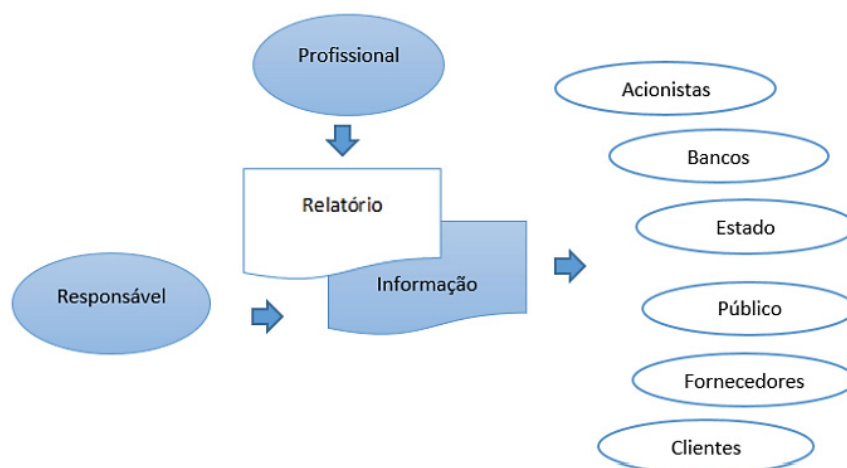
Segundo o mesmo autor, as demonstrações financeiras auditadas reduzem o risco global das decisões económicas, tendo diversos interessados na sua produção e uso. O órgão de gestão é o responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, que devem refletir as condições financeiras e económicas da organização num dado período. Consequentemente, estas são disponibilizadas a terceiros, nomeadamente

sócios/acionistas, bancos, Estado, público, fornecedores e clientes que investiram na empresa, disponibilizaram recursos ou têm qualquer outro interesse. Os auditores têm como função obter provas que permitem testar se as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável, sendo emitido um relatório que é disponibilizado ao órgão de gestão e aos terceiros interessados.

Costa (2019) e Lopes (2019) realçam que a auditoria financeira é um importante sistema de apoio à gestão e ao desempenho da entidade, dado que é através desta que o auditor emite uma opinião acerca das demonstrações financeiras representarem ou não uma imagem verdadeira e apropriada da empresa, bem como se estão isentas de erros materiais. É de referir que o seu enfoque tem alterado ao longo dos tempos, pois a deteção de erros e/ou fraudes era o seu principal objetivo e hoje em dia é vista num sentido mais amplo. Assim, é essencial o trabalho de um auditor para que todos os *stakeholders* disponham de informação financeira credível e fidedigna aquando da tomada de decisões.

A realização de auditorias às demonstrações financeiras compreende trabalhos de garantia de fiabilidade e serviços relacionados, tendo em conta o *International Auditing and Assurance Standards Board*. Alves (2015) sugere que estes trabalhos têm como propósito, através da conclusão que é emitida, aumentar o grau de confiança dos utentes aquando de uma avaliação ou mensuração de um determinado assunto, permitindo a tomada de decisões mais sustentáveis e idóneas. Para tal, é necessário que exista uma relação entre o profissional que audita a informação financeira, o responsável pela sua elaboração e os seus utilizadores. Na Figura 2 encontra-se representada a relação entre as partes intervenientes num trabalho de garantia de fiabilidade.

Figura 2. Relação entre as partes intervenientes num trabalho de garantia de fiabilidade



Atualmente, o auditor não consegue assegurar uma garantia absoluta de que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes que, na opinião de Almeida (2019), deve-se à “dimensão das organizações, à crescente complexidade das transações, aos julgamentos que envolvem as práticas contabilísticas e ao uso de técnicas de amostragem”.

Tendo em conta a ISA 200, o auditor tem como objetivo obter segurança razoável de fiabilidade sobre se as demonstrações financeiras, como um todo, estão isentas de distorções materiais, devido a fraude ou a erro, habilitando-o a expressar uma opinião no relatório de que a informação sujeita a auditoria foi preparada conforme um referencial de relato financeiro aplicável. No entanto, Costa (2019) afirma que a opinião emitida pelo auditor não compreende a garantia da viabilidade futura da empresa auditada nem uma apreciação sobre a eficiência e eficácia da gestão.

De acordo com Costa (2019), a auditoria é um processo sistemático repartido em várias fases a seguir e cuja observância é determinante para se alcançar um trabalho de qualidade. É de salientar que em cada uma delas é executado um conjunto de procedimentos.

Numa primeira fase é necessário analisar a aceitação ou continuação do cliente, por parte do auditor, através das políticas e procedimentos estabelecidos pelas empresas de auditoria. Em relação à angariação de um novo cliente, é importante ter em consideração a sua integridade, avaliando os seus antecedentes e as razões que o levaram a solicitar a auditoria, podendo esta informação ser obtida junto do auditor anterior. Nesta etapa também é importante verificar se o auditor dispõe dos recursos humanos e/ou materiais adequados e se cumpre com os requisitos éticos relativamente ao cliente de forma a minimizar a possibilidade de ser posta em causa a sua independência.

A segunda fase diz respeito ao planeamento da auditoria que visa, sobretudo, a obtenção de conhecimento da atividade económica do cliente e da legislação que lhe é extensível, sendo também identificadas as asserções subjacentes às demonstrações financeiras e avaliados os riscos de distorções materiais. Além disso, são efetuados os procedimentos analíticos iniciais e determinada a materialidade. Consequentemente, são elaborados um memorando de planeamento e um programa de auditoria, os quais referem a posição do auditor perante os riscos identificados.

A terceira fase tem a ver com a obtenção de prova de auditoria e a realização de testes de auditoria, nomeadamente testes aos controlos e testes de detalhe de transações e de saldos. São igualmente executados os procedimentos analíticos substantivos.

Durante a quarta fase são apuradas as conclusões resultantes do trabalho realizado, pelo que são determinados os ajustamentos e as reclassificações que devem ser incluídas nas demonstrações financeiras e efetuado o controlo de qualidade da auditoria.

Na última fase o auditor emite a Certificação Legal das Contas, na qual expressa a sua opinião acerca das demonstrações financeiras.

É importante referir que existem um conjunto de princípios, normas e diretivas que devem ser tidas em conta pelos revisores e auditores aquando do trabalho de auditoria. Atualmente, existe um normativo de aplicação obrigatória constituído pelas Normas Técnicas de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, pelas Diretrizes de Revisão/Auditoria, pelas Recomendações Técnicas, pelas Interpretações Técnicas e pelas Normas Internacionais de Auditoria da *International Federation of Accountants*.

De um modo geral, e na opinião de Costa (2019), o trabalho de auditoria é fundamental nos dias de hoje devido ao “potencial conflito de interesses entre os utilizadores da informação financeira e o órgão de gestão, à influência que as demonstrações financeiras têm no processo de tomada de decisão, à complexidade da informação financeira e ao restrito acesso que os utilizadores da informação financeira têm à empresa”. Além disso, constata que o auditor adiciona valor às demonstrações financeiras, visto que é um profissional independente do órgão de gestão e de todos os destinatários da informação financeira, recolhe provas sobre a apropriada apresentação das demonstrações financeiras consoante as normas contabilísticas e tem conhecimento dos riscos inerentes à atividade da empresa.

3.2. Outros tipos de auditoria

A auditoria abrange diferentes modalidades dependendo do sujeito que a efetua e dos objetivos que se pretende alcançar.

Quanto à posição do auditor na entidade auditada, existem as auditorias internas ou externas. Segundo Morais e Martins (2013), as primeiras podem ser realizadas por profissionais da entidade e têm como finalidade acrescentar valor e melhorar as operações de uma organização no alcance dos objetivos, pelo que a sua principal função é o controlo interno. Costa (2019) defende que o auditor interno deve ser independente em relação aos serviços da organização que são o objeto de avaliação, permitindo que este exerça as suas funções de forma livre e objetiva. A auditoria externa é efetuada por profissionais externos não subordinados à entidade, cujo objetivo é avaliar se as demonstrações

financeiras transmitem uma imagem verdadeira e apropriada da entidade e se as mesmas se encontram em conformidade com a estrutura conceptual de relato financeiro aplicável, estando isentas distorções materiais. É de realçar que a auditoria financeira é considerada uma auditoria externa, sendo este o âmbito do presente relatório.

Relativamente ao objeto de análise destacam-se as auditorias forenses, operacionais, de gestão, prospetivas e estratégicas.

Almeida (2019) salienta que a auditoria forense é um processo de deteção, prevenção e correção de atividades fraudulentas praticadas pelo órgão de gestão, colaboradores ou outros. Em consequência dos seus conhecimentos, competências e experiência, os auditores forenses são assim peritos na deteção de fraude. Enquanto na auditoria financeira o trabalho é feito com base em amostragens, na auditoria forense são analisadas todas as transações que apresentam indícios de fraudes. Costa (2019) sugere que este tipo de auditoria tem como objetivo detetar possíveis fraudes, constituindo uma forma de não só confirmar o que está contabilizado e divulgado nas demonstrações financeiras, mas detetar o que não está evidenciado nas mesmas e que devia estar. De um modo geral, destina-se a averiguar a existência de ilícios criminais, tais como gestão danosa, falsificação de demonstrações financeiras, ocultação de informação financeira, entre outros.

A auditoria operacional resultou do progressivo desenvolvimento da atividade empresarial e fez com que os auditores internos expandissem a suas funções para as áreas operacionais, não estando, por isso, limitados à contabilidade. Como refere Costa (2019), o seu principal objetivo é auditar os controlos operacionais, a gestão e a estratégia. Para tal, é realizada uma revisão sistemática do processo operacional de uma entidade, que permite avaliar se os seus recursos estão a ser utilizados de forma eficiente, eficaz e económica. Almeida (2019) afirma que esta auditoria permite avaliar o desempenho da empresa, identificar áreas sujeitas a melhoria e fazer recomendações. Além disso, constitui um meio de avaliação da continuidade e contribui para que a gestão cumpra com o seu principal desafio, que é diminuir a diferença entre aquilo que pode ser feito e aquilo que realmente é feito. Sendo assim, esta modalidade de auditoria não é mais do que um aprofundamento do âmbito da auditoria interna.

A auditoria de gestão é uma extensão da auditoria operacional, sendo o seu enfoque a avaliação da gestão de topo enquanto a segunda é mais direcionada para o controlo orçamental. Para Almeida (2019), este tipo de auditoria engloba procedimentos, métodos de avaliação, políticas e tarefas, com o intuito de analisar, avaliar e rever o desempenho

da empresa em relação a um conjunto pré-determinado de padrões. Por outras palavras, o seu principal objetivo é medir e expressar uma opinião acerca do desempenho dos gestores e da rendibilidade da empresa, permitindo concluir se os resultados apresentados por estes poderiam ser melhores.

Segundo Almeida (2000), a auditoria estratégica é um tipo de auditoria de gestão destinada a compreender os fatores estratégicos internos e externos de uma empresa, incluindo a avaliação de alternativas estratégicas, a sua implementação, avaliação e controlo. Além disso, é uma auditoria focada no futuro da organização que, por meio da interligação e interdependência das diferentes áreas funcionais, proporciona aos gestores uma visão sistémica da empresa. Costa (2019) afirma que ao longo dos últimos anos tem vindo a ser constatado que a divulgação da informação financeira histórica não é suficiente para que os utilizadores tirem conclusões válidas sobre a viabilidade futura das empresas, sendo igualmente necessário facultar informações previsionais. Pelo facto de a continuidade ser um pressuposto subjacente à preparação das demonstrações financeiras históricas, os auditores externos podem ser confrontados com a necessidade de confirmar se o órgão de gestão teve em conta este pressuposto aquando da elaboração das mesmas. É de salientar que este tipo de auditoria é mais frequente em grandes empresas cotadas nas bolsas de valores.

3.3. Planeamento de auditoria

O planeamento de uma auditoria é fundamental para que o auditor consiga obter prova suficiente e apropriada para justificar as suas conclusões e, por conseguinte, realizar um trabalho de forma eficiente e eficaz, tal como reforça Almeida (2019). Conforme a ISA 300, para planear uma auditoria é necessário estabelecer uma estratégia global que defina o seu âmbito, tempestividade e direção, e desenvolver um plano de auditoria mais detalhado, permitindo reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo. De notar que a natureza, a extensão e a tempestividade das atividades de planeamento não são idênticas para todas as empresas, dependendo da sua dimensão, complexidade, conhecimento do negócio e experiência do auditor.

Segundo a ISA 315, é essencial que nesta fase o auditor possua conhecimento acerca do negócio da empresa, no sentido de “identificar e avaliar os riscos de distorção material, seja devido a fraudes ou a erros, ao nível das demonstrações financeiras e das asserções”. Na opinião de Costa (2019), tal conhecimento possibilita que o auditor identifique e

compreenda os acontecimentos, as transações e as práticas que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras, ou seja, risco de distorção material. Sendo assim, deve orientar o seu trabalho no sentido de implementar procedimentos que forneçam respostas aos riscos identificados.

Almeida (2019) alude que o auditor corre o risco de emitir um parecer inapropriado quando existem distorções materiais nas demonstrações financeiras se a auditoria não for adequadamente planeada, dando origem a um trabalho ineficaz e ineficiente. Tendo presente a ISA 200, “o auditor deve planejar e executar uma auditoria com ceticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que originaram que as demonstrações financeiras estejam materialmente distorcidas”.

É importante referir que aquando do planeamento das primeiras auditorias é possível existirem ajustamentos, por parte do auditor, ao longo da realização do trabalho, isto porque há um razoável desconhecimento da realidade concreta da empresa, tal como salienta Costa (2019).

A materialidade e o risco estão diretamente relacionados, sendo aspetos importantes a ter em conta pelo auditor durante o planeamento de uma auditoria. Segundo a ISA 320, uma informação é material se a sua distorção ou omissão possa, individualmente ou em agregado, influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras. Costa (2019) afirma que a materialidade é determinada através do juízo profissional do auditor tendo em conta as necessidades de informação financeira dos utilizadores. Esta pode ser entendida em termos quantitativos (magnitude) e qualitativos (natureza), caso esteja associada às distorções constantes no balanço e na demonstração de resultados ou à inadequada divulgação de informações que devam desenvolver, comentar e completar os valores presentes nas demonstrações financeiras mencionadas, respetivamente. O auditor deve planejar o trabalho em conformidade com os limites de materialidade por si definidos, considerando que a partir desse nível as distorções são materialmente relevantes. Todavia, importa referir que os erros imateriais quantitativamente poderão ser considerados materiais qualitativamente. De um modo geral, quanto menor a materialidade maior é a quantidade de prova que o auditor deve recolher e vice-versa.

Atendendo à ISA 200, já referida anteriormente, o risco de auditoria (RA) pode ser definido como o risco de o auditor dar uma opinião inapropriada quando as demonstrações financeiras estejam materialmente distorcidas, devendo ser o mais baixo possível para que este possa opinar com segurança razoável.

Almeida (2019) refere que o risco de auditoria é expresso através do seguinte modelo:

$$RA = f(RI \times RC) \times RD \quad (1)$$

sendo RA o risco de auditoria, RI o risco inerente, RC o risco de controlo e RD o risco de deteção. A função $f(RI \times RC)$ traduz o risco de distorção material, isto é, o risco de as demonstrações financeiras apresentarem distorções materiais antes da auditoria.

Conforme a ISA 200, o RI é a suscetibilidade de um saldo de conta ou uma classe de transações incluir uma distorção materialmente relevante, seja individualmente ou agregada com outras distorções, antes dos respetivos controlos internos. Almeida (2019) defende que este risco não está sob controlo do auditor por ser um risco da entidade, existindo independentemente do risco de auditoria. Além disso, varia de empresa para empresa e de atividade para atividade.

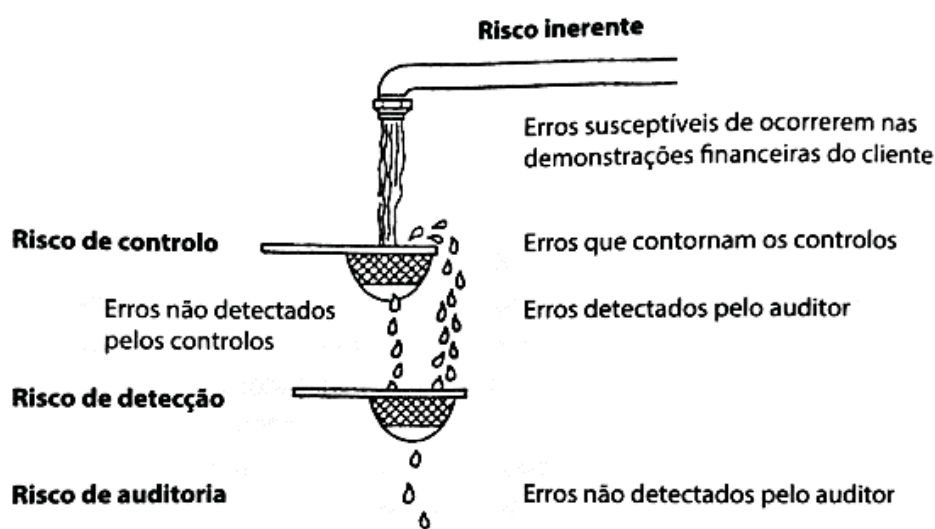
O RC tem a ver com o risco de as distorções materiais não serem evitadas, detetadas e corrigidas atempadamente pelo sistema controlo interno da entidade, considerando a mesma ISA. Pelo facto de os controlos implementados pela empresa não garantirem a 100% a deteção de erros materialmente relevantes, Almeida (2019) defende que o risco de controlo nunca é zero. Neste caso, o auditor também não tem poder para controlar este risco, todavia pode influenciá-lo através de recomendações propostas ao órgão de gestão acerca do seu funcionamento.

O RD está associado ao risco dos testes e procedimentos executados pelo auditor não detetarem a distorção, consoante a referida ISA 200. Ao contrário dos dois riscos anteriores, Almeida (2019) afirma que o risco de deteção pode ser controlado pelo auditor, nomeadamente, através “do planeamento, execução, supervisão e revisão do trabalho; da determinação da natureza, extensão e oportunidades dos procedimentos de auditoria; e da realização dos procedimentos de auditoria e sua avaliação”.

A partir da Figura 3 é possível perceber o significado dos três tipos de risco que contribuem para o risco de auditoria e o seu impacto nas demonstrações financeiras, permitindo também compreender como se relacionam entre si. Segundo Almeida (2019) e Costa (2019), a água que sai da torneira simboliza o risco inerente à atividade da empresa, ou seja, o potencial conjunto de erros materiais que provocam distorções nas demonstrações financeiras. As duas peneiras refletem os meios utilizados pelo auditor e pela empresa com o intuito de impedir que erros materiais integrem as demonstrações financeiras, não existindo forma de saber a extensão dos mesmos. A primeira peneira representa o sistema de controlo interno da empresa, o qual deveria detetar todos os erros materiais antes de influenciarem as demonstrações financeiras. Quanto maior a eficácia e

adequação do funcionamento do sistema, menor a probabilidade de erros materiais não serem detetados tempestivamente e, por conseguinte, menor o risco de controlo interno. No entanto, existem distorções que o sistema não deteta ou para as quais não existe controlo. A segunda peneira demonstra os procedimentos substantivos efetuados pelo auditor, ou seja, o processo de auditoria. Todavia, o sistema de controlo interno e os procedimentos de auditoria podem não ser suficientes para detetar todas as distorções, surgindo o risco de deteção. Assim, conclui-se que o risco de auditoria é representado pela água (distorções) que passa por ambas as peneiras e chega ao lavatório (demonstrações financeiras).

Figura 3. O risco de auditoria e as suas componentes



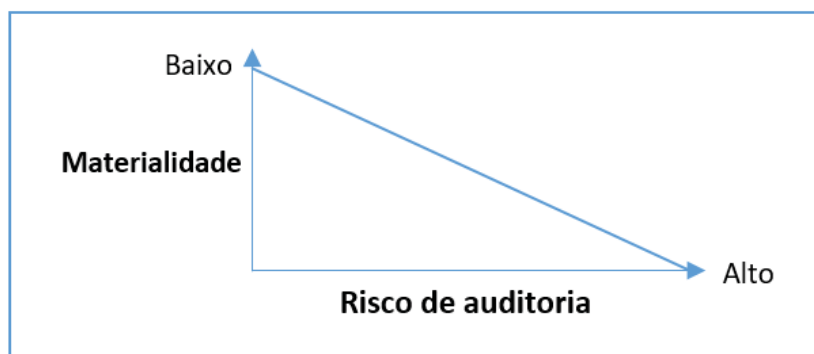
Fonte: Costa (2018, p. 246)

Na opinião destes dois autores, quando o RI e o RC são altos, significa que o RD deve ser baixo de modo que o RA se mantenha a um nível baixo aceitável, sendo necessário que o auditor aumente o número de testes substantivos e, portanto, mais complexa será a auditoria. Em oposição, se o RI e o RC forem avaliados pelo auditor como baixos, este está disposto a aceitar um RD mais alto, possibilitando reduzir os respetivos testes substantivos e manter o RA baixo. Assim, verifica-se que o RI e o RC estão relacionados inversamente com o risco de deteção e, por sua vez, diretamente com a quantidade de prova de auditoria a recolher.

Almeida (2019) defende que a materialidade e o risco são dois conceitos interligados e indissociáveis, contudo têm uma relação inversa. Enquanto a materialidade tem a ver

com o nível quantitativo e/ou qualitativo de distorções que têm impacto nas demonstrações financeiras, o risco refere-se à incerteza. Sendo assim, quanto maior o nível de materialidade, menor o risco de auditoria e vice-versa, tal como ilustra a Figura 4. Por outras palavras, a existência de erros materialmente relevantes origina o aumento dos procedimentos de auditoria para detetar um maior número de distorções e, assim, reduzir o RA.

Figura 4. Relação inversa entre materialidade e risco de auditoria



Fonte: Costa (2019, p. 252)

O mesmo autor afirma que a quantidade de prova de auditoria também está relacionada com o risco e com a materialidade, pois quanto maior o risco, menor o nível de materialidade e, conseqüentemente, maior o volume de prova que o auditor terá de obter para opinar com segurança.

3.4. Prova de auditoria

Durante o exercício de uma auditoria o auditor vai obtendo diversas informações, ou seja, provas de auditoria, que lhe servem de suporte à opinião emitida acerca das demonstrações financeiras, conforme a ISA 500. A recolha de prova é fundamental para reduzir o risco de auditoria e, portanto, evitar uma opinião distorcida sobre se as demonstrações financeiras apresentam ou não uma imagem verdadeira e apropriada da empresa.

Atendendo à ISA 520, as provas de auditoria são obtidas através da execução de procedimentos de avaliação do risco, os quais têm como objetivo conhecer a entidade e o seu meio envolvente para identificar e avaliar os riscos de distorção material, e da realização de procedimentos de auditoria adicionais. Estes últimos englobam os testes aos

controles, cuja finalidade é avaliar a eficiência operacional dos controles implementados na empresa e os procedimentos substantivos destinados a identificar erros materiais não detetados pelo sistema de controlo interno. Os procedimentos substantivos incluem testes de detalhe aos saldos, transações e divulgações, e procedimentos analíticos substantivos utilizados na apreciação da informação financeira através da previsibilidade das relações entre dados financeiros e não financeiros.

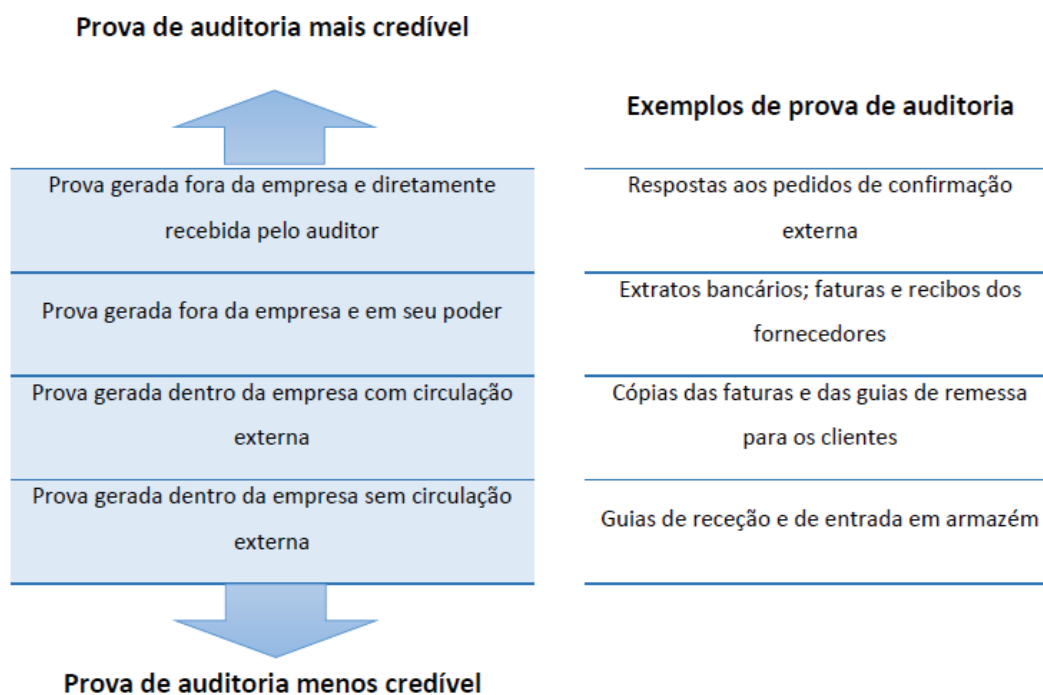
A mesma ISA realça que para recolher prova é imprescindível efetuar procedimentos de inspeção, observação, confirmação externa, recálculo, reexecução, procedimentos analíticos e indagação. A inspeção está relacionada com a análise documental e com a verificação física dos ativos. Quanto à observação, o seu objetivo é examinar a forma como são desenvolvidas na prática as funções inerentes aos trabalhadores da empresa, permitindo compreender como os processos e procedimentos estão a ser executados na empresa. A confirmação externa é conseguida por meio de certidões ou de circularizações, constituindo um dos principais procedimentos adotados pelo auditor para obter prova, sendo utilizada essencialmente para obter respostas corroborativas da informação dos registos contabilísticos. O recálculo passa por verificar a exatidão do cálculo dos documentos ou registos contabilísticos realizados pela entidade e a reexecução consiste na execução pelo auditor de procedimentos ou controlos originalmente efetuados por parte do controlo interno da entidade, a fim de confirmar a sua correção. Os procedimentos analíticos permitem a comparação de informação financeira e não financeira através da análise de rácios, tal como referido anteriormente. Por fim, o auditor faz indagações, ou seja, perguntas, com o intuito de obter informação junto de colaboradores da empresa ou de pessoas externas.

De acordo com a ISA 500 já mencionada, o auditor deve recolher prova suficiente e adequada, sendo dois conceitos inversamente relacionados, uma vez que uma elevada qualidade requer uma menor quantidade de prova. De acordo com Costa (2019), a suficiência consiste na quantidade de prova que é necessária obter para manter um baixo risco de auditoria, a qual depende do julgamento que o auditor faz do risco de distorção, enquanto a adequação está associada à qualidade, isto é, se a prova é relevante e credível.

O mesmo autor salienta que a prova de auditoria pode ser interna ou externa no que concerne à sua origem ou fonte. Caso se trate de um documento elaborado na empresa ou produzido por um terceiro, a origem ou fonte da prova é classificada como interna ou externa, respetivamente.

A Figura 5 ilustra as diversas circunstâncias em que a prova de auditoria pode ser obtida, refletindo a sua credibilidade. Deste modo, verifica-se que a primeira prova é mais credível do que a última, funcionando como uma hierarquia.

Figura 5. Credibilidade da prova



Fonte: Costa (2019, p. 313)

Em síntese, a auditoria financeira tem como objetivo aumentar o grau de confiança dos utilizadores das demonstrações financeiras através da opinião que é emitida pelo auditor. Este é responsável por determinar se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais relevantes provocadas por fraudes ou erros. Além deste tipo de auditoria, existem outros, nomeadamente auditoria interna, externa, forense, operacional, de gestão, prospetiva e estratégica. Pelo facto das entidades auditadas não serem todas iguais, o auditor deve planear uma auditoria que envolva o desenvolvimento de uma estratégia geral e um plano de auditoria devidamente documentado e adequado. Assim, cabe ao auditor obter prova suficiente e apropriada que o permita chegar às conclusões sobre as quais baseia a sua opinião.

CAPÍTULO IV – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO

Este capítulo tem como finalidade descrever as atividades desenvolvidas no estágio durante o processo de auditoria. O primeiro subcapítulo destina-se a explicitar todas as tarefas executadas durante o planeamento de auditoria. Nos restantes dois subcapítulos são descritas todas as atividades realizadas nas duas fases de auditoria, tendo em conta as rubricas das demonstrações financeiras analisadas ao longo do estágio.

4.1. Atividades executadas no planeamento de auditoria

De acordo com Costa (2019) e Almeida (2019), ao longo do exercício de auditoria é necessário organizar os papéis de trabalho, ou seja, toda a documentação que suporta o processo de auditoria e que constitui o principal registo de trabalho efetuado pelo auditor. Estes podem ser arquivados em formato físico ou digital e encontram-se divididos em arquivo permanente e arquivo corrente. Normalmente, durante a fase de planeamento de auditoria procede-se à atualização da informação que consta no arquivo permanente, sendo das primeiras tarefas a realizar.

Os dois autores defendem que o arquivo permanente contém toda a informação que o auditor precisa de consultar de forma continuada em auditorias presentes ou futuras, podendo esta ser obtida na empresa, no exterior ou através do próprio auditor. Este arquivo é mantido ao longo dos anos, porém, é fundamental que a informação seja revista e atualizada anualmente. De um modo geral, inclui informações gerais do cliente e do negócio, a relação contratual estabelecida com o cliente, o contrato social e outros documentos legais que regem a atividade, a documentação relativa ao sistema de controlo interno da entidade, entre outros elementos. Salienta-se que o tipo de documentos que contém o arquivo permanente varia consoante a dimensão e a atividade da empresa.

Por seu turno, o arquivo corrente contempla os papéis de trabalho referentes ao ano que está a ser auditado, servindo de base ao conteúdo do relatório de auditoria. A organização deste arquivo divide-se essencialmente em programas e mapas de trabalho para cada área examinada das demonstrações financeiras. Os programas de trabalho definem com precisão as tarefas a efetuar durante a auditoria e permitem o controlo da qualidade do trabalho realizado e do tempo gasto. Portanto, são planos que indicam detalhadamente os procedimentos a adotar na realização das auditorias, sendo utilizados para os testes aos controlos e para os procedimentos substantivos. Os mapas de trabalho são os documentos em suporte papel ou informático onde o auditor regista os resultados

dos testes ou dos procedimentos que efetuou, assim como as conclusões que retirou no exame das várias áreas abrangidas pela auditoria. Adicionalmente, inclui informação sobre o planeamento, balancetes, extratos e demonstrações financeiras, e compreende a documentação recolhida e recebida ao longo da auditoria.

Assim, é fundamental organizar os papéis de trabalho, que não são mais do que a história da auditoria, para que um auditor experiente, sem prévio conhecimento da entidade e do trabalho em causa, compreenda o âmbito e o objeto da auditoria, os critérios utilizados e as bases que sustentaram o parecer emitido. Por isso, tanto o arquivo permanente como o arquivo corrente devem ter uma estrutura adequada e estarem organizados de forma sistematizada para que sejam de fácil e rápida consulta, tal como salienta Alves (2015).

Na fase de planeamento também são executados os procedimentos analíticos para a avaliação de risco, os quais podem ser igualmente utilizados na revisão do trabalho de auditoria e como procedimentos substantivos para a obtenção de prova. Estes testes de auditoria consistem numa revisão analítica das rubricas do balanço e da demonstração de resultados comparativamente a períodos homólogos, de onde se extrai uma análise de variações de saldos. Por outras palavras, após ser solicitado o balancete do ano N relativo a um dado período, é feita uma revisão analítica do mesmo, sendo esta comparada com os últimos quatro anos já previamente preenchidos e com o mesmo espaço temporal. Porém, é dada maior importância à variação de saldos entre N e $N-1$ pelo facto de ser uma análise mais recente. De modo a obter informação mais pormenorizada acerca das rubricas que compõem a demonstração de resultados e da sua variação ao longo dos anos, é desenvolvida uma revisão analítica a todos os gastos e rendimentos, os quais são agrupados por categoria. Salienta-se que na revisão final são realizados os procedimentos analíticos dos restantes meses que não constavam do balancete inicial, de modo que haja uma comparação anual entre todos os anos. A realização destes procedimentos analíticos durante o planeamento é essencial, uma vez que permite a identificação de diferenças inesperadas ou a ausência de diferenças já esperadas, que poderão indiciar risco de distorção, sobre as quais deverão incidir outros testes adicionais.

Depois de apuradas as áreas sujeitas a auditoria, é efetuada uma distribuição das mesmas pela equipa de trabalho, ficando cada membro responsável pela sua análise ao longo do exercício de auditoria.

É de salientar que durante o planeamento de auditoria é igualmente necessário adquirir algum conhecimento dos aspetos mais relevantes da empresa, nomeadamente

compreender as leis e os regulamentos inerentes a cada entidade, bem como se esta os está a cumprir. Deste modo, é fundamental ler o respetivo relatório e contas e realizar alguma pesquisa de informação.

4.2. Atividades realizadas na auditoria intermédia

Segundo Costa (2019), o trabalho de auditoria divide-se em duas fases, a fase preliminar ou interina e a fase final. A primeira realiza-se antes do prazo das demonstrações financeiras, razão pela qual os testes e os procedimentos de auditoria são elaborados com base num balancete com data a meio do exercício, geralmente setembro. Na segunda fase, os testes e os procedimentos de auditoria são executados a partir de um balancete à data das demonstrações financeiras, isto é, dezembro, sendo designado de trabalho ou revisão final no fecho de contas. Na perspetiva de Almeida (2019), a realização de procedimentos interinos faz com que o auditor evite a concentração de trabalho no fim do ano ou início do ano seguinte e, por consequência, elabore o relatório de auditoria atempadamente. Além disso, é ao longo destas duas fases que a equipa de auditoria visita os clientes, o chamado trabalho de campo, com o objetivo de recolher prova e fazer indagações sobre dúvidas ou questões que surgem durante o trabalho de auditoria.

De seguida são abordadas as principais áreas que fizeram parte da minha análise no processo de auditoria e sobre as quais me dediquei no decorrer do estágio.

4.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis geralmente representam uma percentagem considerável do total do ativo, razão pela qual são uma área materialmente relevante para a maioria das empresas. Além disso, podem ter um impacto significativo na demonstração de resultados devido às despesas de conservação e reparação, depreciações e perdas por imparidade.

Numa primeira instância é elaborado um mapa de trabalho que reflete os saldos iniciais da conta 43 – Ativos fixos tangíveis, as variações relativamente ao período anterior, mais precisamente aquisições, alienações e abates, as depreciações e perdas por imparidade. Posto isso, verifica-se se os saldos de abertura coincidem com os saldos de fecho do ano anterior e quanto às variações do ativo fixo tangível realiza-se uma análise documental. Para isso é necessário solicitar os documentos que servem de suporte a essas transações, como por exemplo faturas de aquisição e/ou venda, contratos, fichas dos bens, autos de abate e apólices de seguro, que não são mais do que a prova de auditoria. Relativamente às alienações, é importante confirmar a existência de mais ou menos-valias

e verificar se estas foram adequadamente calculadas e reconhecidas em resultados. Através da Modelo 22 é possível verificar o seu impacto a nível fiscal.

Nesta rubrica é essencial averiguar se o critério de depreciação é tido em consideração, ou seja, se as depreciações do período e as acumuladas, ambas discriminadas na Modelo 32, estão a ser calculadas atendendo às taxas definidas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, as quais são calculadas com base na vida útil do ativo. Normalmente, também é verificado se as contas 438X – Depreciações acumuladas e 642X – Gastos de depreciação e de amortização de ativos fixos tangíveis encontram-se conciliadas. De notar que perante a existência de alienações é indispensável confirmar se as depreciações acumuladas foram desreconhecidas.

Habitualmente, é executada uma conciliação entre o cadastro dos bens e o balancete, cuja finalidade passa por analisar se o valor de aquisição, as depreciações do período e as depreciações acumuladas descritas no cadastro encontram-se em conformidade com as registadas na contabilidade.

No que concerne aos bens sujeitos a registo, isto é, imóveis e viaturas, geralmente procede-se à análise das certidões dos registos predial e automóvel, respetivamente, bem como das cadernetas prediais, documentos estes retirados do Portal das Finanças. Por conseguinte, é executada uma conciliação entre o balancete patrimonial e as listagens do património predial e dos veículos, extraídas do Portal da Autoridade Tributária e Aduaneira, a fim de se conferir se o que está registado na contabilidade encontra-se igualmente nas Finanças.

Em relação às perdas por imparidade, deve-se averiguar se existe algum ativo que apresente indícios de imparidade e, em caso afirmativo, é necessário verificar se esta foi adequadamente estimada e reconhecida nas demonstrações financeiras, assim como a respetiva quantia recuperável dos ativos fixos tangíveis. É de salientar que o valor patrimonial tributário especificado na caderneta predial constitui um bom indicador de eventuais perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis. Ainda dentro desta rubrica é importante efetuar uma análise documental às despesas de conservação e reparação, com o intuito de verificar que estas não incluem custos reconhecíveis como ativos, ou seja, capitalizáveis, mas somente gastos do período.

Por fim, e de forma a identificar variações significativas na quantia escriturada líquida entre N e $N-1$, bem como as suas principais causas, são preenchidos três mapas de trabalho, tendo em consideração as subcontas do ativo fixo tangível, referentes à quantia bruta, depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, caso existem. Note-

se que este procedimento também proporciona uma análise das variações por rubrica do ativo fixo tangível face ao ano anterior.

4.2.2. Estado e outros entes públicos

A conta de Estado e outros entes públicos contempla as obrigações que a entidade detém perante o Estado e a Segurança Social, por isso é fundamental averiguar se os saldos expressos na contabilidade estão em conformidade com as declarações e respetivos pagamentos. Durante o estágio foram desenvolvidos testes aos pagamentos por conta, às retenções na fonte de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), ao imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e às contribuições para a Segurança Social.

A análise desta rubrica inicia-se com a solicitação à empresa do envio das certidões de não dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social, as quais permitem verificar se a situação contributiva perante estas entidades encontra-se regularizada e, portanto, se não existem impostos e contribuições em atraso que originam juros de mora. Caso existam, é necessário perceber se a empresa celebrou acordos de pagamento a prestações com o Estado e se estes estão a ser cumpridos, devendo ser pedido o plano prestacional.

Relativamente aos pagamentos por conta, é efetuado o cálculo deste imposto com base em algumas informações constantes da Modelo 22 do ano $N-1$, designadamente o volume de negócios, o montante da coleta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e as retenções na fonte, traduzindo-se na seguinte fórmula:

$$\text{Pagamento por conta}_N = \frac{(\text{IRC}_{N-1} - \text{Retenção na fonte}_{N-1}) \times \text{coeficiente}}{3} \quad (2)$$

Note-se que para um volume de negócios igual ou inferior a 500.000€ aplica-se um coeficiente de 80%, caso seja superior a este montante, o coeficiente é de 95%. Deste cálculo resulta o plano de pagamentos trimestrais que a empresa tem de efetuar durante o ano, os quais são conciliados com o saldo da conta 241 – Imposto sobre o rendimento e com os comprovativos de pagamento. Normalmente o extrato da contabilidade ainda não abrange os três pagamentos porque a primeira visita ao cliente realiza-se antes do último pagamento, verificando-se apenas os dois primeiros. É igualmente importante certificar se os pagamentos foram efetuados dentro dos prazos legais, mais precisamente em julho, setembro e dezembro.

As retenções na fonte de IRS incidem sobre os rendimentos de trabalho dependente, independente e prediais, todavia, apenas foram objeto da minha análise a retenção de

imposto sobre os dois primeiros rendimentos. Em ambos os casos procedeu-se à inspeção documental das declarações de retenção e respetivos comprovativos de pagamento e também verificou-se a sua adequabilidade com o saldo da conta 242 – Retenção de impostos sobre rendimentos.

Os principais procedimentos na análise do IVA consistem em cruzar o saldo das contas 2436 ou 2437, tratando-se de IVA a pagar ou a recuperar, respetivamente, com os valores submetidos nas declarações periódicas de IVA e confirmar se as mesmas foram entregues dentro dos prazos legais. No caso de haver imposto a entregar ao Estado é solicitado o comprovativo de pagamento, de modo a aferir se o imposto pago corresponde ao montante devido. Havendo lugar a imposto a recuperar, é necessário verificar a existência de pedidos de reembolso, expressos na conta 2438, bem como os montantes recebidos.

No que concerne às contribuições para a Segurança Social, mais uma vez o objetivo é apurar diferenças entre os valores declarados e os movimentos contabilísticos do mês a que se reportam. Por outras palavras, é verificado se os processamentos e os pagamentos registados na contabilidade através da conta 245 – Contribuições para a Segurança Social encontram-se em conformidade com as declarações mensais e respetivos comprovativos de pagamento.

4.2.3. Reconciliações bancárias

Os papéis de trabalho desenvolvidos nesta área incidem essencialmente na análise do saldo da conta 12 – Depósitos à ordem, sendo feita uma comparação entre o balancete contabilístico e os extratos bancários fornecidos pelos diversos bancos. Este cruzamento de informação permite averiguar a harmonização de saldos que, regra geral, não se verifica, pois existem valores em trânsito, ou seja, podem existir quantias registadas pela empresa que não constam do extrato bancário e vice-versa. Pelo facto destas diferenças serem justificadas pelas reconciliações bancárias elaboradas pela entidade auditada, é extremamente importante a sua análise no âmbito de auditoria. Neste sentido, e de forma a verificar a exatidão aritmética dessas reconciliações, procede-se novamente à sua elaboração, permitindo confirmar se os valores coincidem com os extratos bancários e com a contabilidade.

Perante a deteção de movimentos em aberto no banco, é solicitado o extrato bancário do mês seguinte para confirmar se o débito ou o crédito registado na contabilidade encontra-se expresso no saldo do banco. Relativamente às quantias que o banco registou

e que a contabilidade não o fez, estas são confirmadas no trabalho final, uma vez que é provável que tais lançamentos tenham sido efetuados numa data posterior àquela a que se refere o extrato da fase intermédia.

Na presença de saldos em aberto com maior antiguidade, é necessário questionar os responsáveis pela elaboração das reconciliações acerca do motivo da existência de tais diferenças e a previsão de regularização.

4.2.4. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços constituem uma rubrica materialmente relevante para a maioria das empresas, uma vez que normalmente traduzem a sua maior fonte de rendimentos, devendo, por esse motivo, ser dada uma atenção especial por parte do auditor. É de salientar que o grau de importância concedido a esta área depende também da atividade da empresa.

Dado que nesta rubrica é apropriada a realização de procedimentos analíticos, é executada inicialmente uma revisão analítica que permite analisar a evolução mensal das vendas e prestações de serviços e perceber a sua variação face a períodos homólogos. É com base neste mapa de trabalho que se identifica as rubricas mais significativas e/ou com grandes oscilações relativamente ao ano anterior, e sobre as quais deverão incidir outros testes substantivos. Posto isso, e atendendo ao extrato das contas 71 – Vendas e 72 – Prestações de serviços, são selecionados os documentos de maior montante, tais como faturas, notas de crédito, notas de débito, entre outras, e sobre os quais incidem testes substantivos. Consequentemente, é solicitado à empresa o envio destes documentos de forma a ser realizada uma análise documental, cuja finalidade é confirmar se os mesmos foram adequadamente contabilizados e pelos montantes devidos, se as taxas de IVA aplicadas foram as corretas e se cumpriram os requisitos legais explícitos no artigo 36.º do Código de IVA.

De forma a assegurar que o saldo destas contas coincide com os valores comunicados à Autoridade Tributária e Aduaneira, executa-se uma conciliação entre o e-fatura mensal extraído do Portal das Finanças e os saldos mensais das vendas e prestações de serviços. Porém, existem faturas registadas noutras rubricas de rendimentos, como por exemplo a conta 2721 – Devedores por acréscimos de rendimentos, que devem ser tidas em conta para esta conciliação. Caso sejam identificadas diferenças, estas são comunicadas e questionadas ao cliente, a fim de se perceber a sua origem. Adicionalmente, confronta-se

o mapa de faturação da gestão com a contabilidade, com o intuito de avaliar a integralidade da faturação.

4.2.5. Fornecimentos e serviços externos

Normalmente, a rubrica de fornecimentos e serviços externos representa a maior parte dos gastos que as empresas incorrem para a realização da sua atividade, sendo uma componente importante no apuramento dos resultados. Neste sentido, destaca-se como uma área materialmente relevante em que o auditor pretende correr um risco baixo de que distorções materiais tenham ocorrido.

Tal como anteriormente, o primeiro procedimento consiste na elaboração de uma análise comparativa por meses, a qual permite perceber a evolução das diversas subcontas que compõem esta rubrica e identificar as mais representativas no peso total de fornecimentos e serviços externos. Além disso, é executada uma comparação face ao ano anterior no sentido de serem apuradas oscilações anómalas. Depois de apuradas as rubricas sujeitas a auditoria é efetuada a seleção de alguns documentos a partir do extrato contabilístico da conta 62 – Fornecimentos e serviços externos para se realizar os respetivos procedimentos substantivos. Pelo facto de ser uma conta extensa são apenas selecionados os documentos com quantias mais elevadas ou anormais, não sendo possível desenvolver uma análise detalhada. Estes testes substantivos têm como propósito analisar os documentos de suporte já referidos anteriormente, sobretudo no que respeita a alguns requisitos legais, nomeadamente a data, as taxas de IVA, a exatidão aritmética e a concordância entre o valor do documento, o registo contabilístico e o contrato associado, no caso de existir.

As subcontas respeitantes a despesas com viaturas, nomeadamente combustíveis e conservação e reparação, requerem especial atenção relativamente ao IVA, sendo que para tal é utilizada a lista de viaturas da empresa já disponibilizada previamente, a qual compreende as características das mesmas. Deste modo, é possível averiguar se o disposto no artigo 21.º do Código de IVA está a ser tido em consideração, dado que em algumas viaturas não é possível deduzir a totalidade das despesas com combustíveis, pelo que é necessário confirmar se está a ser aplicada a correta dedução do IVA.

Em relação aos honorários, é importante conferir se a empresa efetua as retenções na fonte de IRS previstas no artigo 101.º do Código de IRS ou se está dispensada pelo artigo 101.º-B do mesmo diploma. Além disso, é necessário confirmar se os valores registados

na contabilidade encontram-se em congruência com o respetivo recibo verde retirado do Portal das Finanças.

A rubrica de seguros também deve ser analisada com alguma atenção, uma vez que é uma área geralmente ligada à conta 28 – Diferimentos, mais especificamente, à subconta 281 – Gastos a reconhecer. Numa primeira instância são reunidos os diversos seguros que a empresa detém com o intuito de obter informação acerca da data de cobertura constante nas respetivas apólices de seguro, devendo ser verificada se a mesma abrange dois períodos diferentes. Por conseguinte, é verificado o adequado processamento contabilístico, visto que pode existir uma parte do gasto que deve ser reconhecida no ano N , através da conta 6263 – Seguros, e o remanescente deve ser diferido para o ano $N-1$, sendo que, para tal, é realizado o seguinte cálculo:

$$\frac{\text{Total do prémio de seguro}}{12 \text{ meses}} \times n^{\circ} \text{ de meses de } N \quad (3)$$

A diferença entre o total do prémio de seguro e o gasto referente a N , calculado pela fórmula anterior, reflete o gasto que deve ser diferido para $N+1$. Assim, é essencial assegurar que todos os gastos que devem ser reconhecidos em períodos seguintes estão registados na conta 281.

4.2.6. Gastos com o pessoal

Esta rubrica, tal como a anterior, representa grande parte dos gastos que a empresa detém, sobretudo devido às remunerações, encargos sobre remunerações e outros gastos com o pessoal, sendo por isso uma área materialmente relevante.

Inicialmente, e de forma a identificar variações significativas e anómalas em relação ao ano anterior, é feita uma revisão analítica mensal destes gastos, a qual também permite perceber a sua evolução ao longo do ano. Posto isso, é solicitada a lista de pessoal efetivo na entidade para ser calculado o encargo médio por trabalhador bem como a massa salarial. Ainda neste mapa de trabalho são realizados procedimentos substantivos, visto que é conferido mensalmente o montante de contribuições para a Segurança Social ao encargo da entidade patronal, sendo para tal efetuado o recálculo pela UHY no sentido de serem apuradas diferenças na taxa social única aplicada. Regra geral, esta taxa é de 23,75%, exceto quando se trata de uma empresa sem fins lucrativos, cuja taxa é 22,30% (Segurança Social, 2021a). Neste cálculo é necessário ter atenção ao apuramento do vencimento bruto dos funcionários, pois existem rendimentos auferidos por estes que, para além da remuneração base, contam para a determinação da taxa social única, tais

como subsídio de férias, subsídio de Natal, diuturnidades, isenção de horário, bônus, comissões, remuneração por trabalho noturno, entre outros. Assim, é fundamental distinguir quais as remunerações que entram para o cálculo da base de incidência deste encargo.

Em seguida, é elaborado um mapa de trabalho que permite conciliar as Declarações Mensais de Remunerações com os respetivos processamentos salariais da gestão. Adicionalmente, estas são conferidas com o trabalho desenvolvido no tópico “Estado e outros entes públicos”, mais precisamente com as subcontas 2421 – Trabalho dependente e 245, por forma a identificar possíveis inconformidades. Além disso, é fundamental conciliar o mapa de processamento extraído da gestão com os registos contabilísticos, visto que normalmente são dois sistemas independentes.

Na rubrica de pessoal são ainda efetuados testes aos vencimentos dos funcionários, designados de testes aos controlos. A partir da lista de pessoal já enviada anteriormente é selecionada aleatoriamente, através de uma técnica não estatística, uma amostra a testar, cuja dimensão é determinada com base no julgamento do auditor. Por conseguinte, é solicitado à empresa um conjunto de informações respeitantes aos funcionários selecionados, nomeadamente a ficha de cadastro atualizada, o contrato de trabalho, o registo biométrico ou folha de ponto e os recibos de vencimento do mês em análise, a convenção coletiva de trabalho, se aplicável, o comprovativo de pagamento e outros documentos de suporte a remunerações específicas, como por exemplo ajudas de custo e horas extraordinárias. Nesta linha, e de modo a facilitar a confirmação dos recibos de vencimento com a informação recolhida, é elaborado um mapa de trabalho para o qual são transcritos os vários recibos.

Em relação ao vencimento base, é necessário conferir se o mesmo está de acordo com o contrato de trabalho, a ficha de cadastro e a convenção coletiva de trabalho da empresa. Quanto ao subsídio de alimentação, deve ser verificado o cumprimento dos limites legais que possibilitam a isenção de IRS e de descontos para a Segurança Social, os quais variam consoante este seja pago em dinheiro ou cartão de refeição, assumindo o valor de 4,77€/dia ou 7,63€/dia, respetivamente. Salienta-se que o diferencial entre estes limites e o subsídio de alimentação efetivamente pago é tributado ao nível dos dois encargos mencionados. Na existência de diuturnidades procede-se à confirmação da sua adequabilidade com a convenção coletiva de trabalho, visto que dependem da categoria profissional em que o trabalhador se enquadra e, consequentemente, do tempo de permanência na empresa. Para as horas extraordinárias é essencial realizar novamente o

seu cálculo com base na folha de ponto, no sentido de ser detetado o pagamento de horas não trabalhadas. As ajudas de custo são confrontadas com o mapa de controlo elaborado pela entidade, sendo igualmente verificado se as mesmas estão dentro dos limites legais previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 1553-D/2008 e, posteriormente, reduzidos pelo artigo 4.º do Decreto-Lei 137/2010. Perante a existência de remuneração especial por isenção de horário de trabalho é necessário conferir a sua concordância com o estipulado na convenção coletiva de trabalho.

No que respeita aos encargos sobre remunerações, é fundamental testar a taxa aplicada ao nível do IRS e da Segurança Social. Quanto à taxa de IRS é necessário analisar alguns dados presentes na ficha de cadastro, designadamente o estado civil, o número de titulares, o número de dependentes, informação relativa a deficiência e, posteriormente, verificar a sua adequabilidade com as tabelas de retenção de IRS do ano em análise retiradas do Portal das Finanças. A taxa social única ao encargo dos trabalhadores é de 11% (Segurança Social, 2021b), sendo apenas relevante averiguar se está sendo aplicada esta taxa. Salienta-se que para concretização deste teste é importante distinguir quais os rendimentos sujeitos a estes dois encargos.

Por fim, compara-se os recibos de vencimento com os respetivos comprovativos de pagamento, os quais, por sua vez, são confrontados com o extrato bancário.

4.2.7. Inventários

Nesta área é essencial assistir às contagens físicas de inventários realizadas pela empresa auditada no final do ano, visto que é através deste procedimento que se avalia a veracidade do valor de inventários expresso no balanço.

Inicialmente, é selecionada uma amostra de produtos a partir da lista de inventários fornecida pela entidade, sendo normalmente escolhidos aqueles que, na sua totalidade, representam uma elevada percentagem do valor total de inventários. De seguida, e de forma a comprovar a existência física desses bens, procede-se ao acompanhamento das contagens efetuadas pelo responsável de armazém. Durante este processo é dada especial atenção à existência de itens danificados ou obsoletos e à arrumação e organização dos armazéns. É requerido à empresa o envio do balancete de inventário em quantidade e valor à data da contagem para, conseqüentemente, ser elaborado um mapa de trabalho que permite detetar discrepâncias entre a quantidade presente nesse balancete e a quantidade física. Caso sejam apuradas diferenças, é solicitado à empresa o envio das últimas entradas e saídas de mercadoria para verificar se as mesmas já estão incluídas na

contagem física, bem como das respectivas guias de entrada e saída. Além disso, é necessário verificar a existência de inventários em poder de terceiros, através de confirmações externas ou da contagem física nas instalações da entidade terceira, e de inventários de terceiros em poder da empresa, sendo que, nesta situação, estes bem não devem ser contabilizados em inventários. No caso de ainda existirem diferenças não justificadas pelas situações anteriores questiona-se a empresa sobre a sua origem.

Por fim, é elaborado um relatório que tem como objetivo descrever todo o procedimento adotado durante a contagem física de inventários e detalhar todas as diferenças apuradas e respectivas justificações.

4.3. Atividades desenvolvidas no fecho de contas

A segunda fase do trabalho de auditoria inicia-se com as circularizações de clientes e fornecedores, sobretudo no que respeita à elaboração de um mapa de trabalho que vai sendo atualizado consoante a obtenção de respostas. Este papel de trabalho reflete a lista de entidades sujeitas à circularização de saldos, o saldo da contabilidade, o saldo resposta do cliente ou fornecedor, as diferenças detetadas e as respetivas reconciliações, e o tipo de resposta, que pode ser de três tipos: resposta concordante, resposta discordante ou sem resposta.

A resposta concordante significa que existe igualdade entre o saldo da contabilidade à data das demonstrações financeiras e o saldo do cliente ou fornecedor, logo não é necessário efetuar uma reconciliação, sendo apenas referenciada e arquivada. No caso de a resposta ser discordante efetua-se uma conciliação entre o extrato da contabilidade e o extrato recebido, de forma a identificar a diferença entre saldos, a qual pode resultar de débitos e/ou créditos na contabilidade não constantes no cliente ou fornecedor ou vice-versa. Depois de identificada a discrepância é realizada uma reconciliação que explicita os seus motivos e respetivos valores. Quanto à não obtenção de resposta, é novamente enviado um *e-mail* à entidade terceira a reforçar o pedido de confirmação externa.

Ainda nesta fase, e com base no extrato à data das demonstrações financeiras, é efetuada uma revisão final das rubricas que foram objeto de análise na fase intermédia. Neste sentido, procede-se à atualização dos respetivos mapas de trabalho, mais precisamente dos meses em falta, de forma a serem identificadas divergências significativas que requerem a realização de testes adicionais. Posteriormente, são redigidas todas as conclusões obtidas em cada área analisada e comunicadas ao ROC. É

importante realçar que este trabalho final ocorre, normalmente, entre janeiro e maio do ano seguinte ao ano de auditoria.

Em suma, o processo de auditoria requer um planeamento antecipado, cujo objetivo assenta na atualização da informação presente no arquivo permanente, na definição da estratégia, no conhecimento da entidade e do seu meio envolvente, e na realização de alguns procedimentos analíticos. Posteriormente, são identificadas as áreas sujeitas a auditoria durante a fase intermédia e a fase final, sobre as quais incidem diversos testes. Cada área auditada engloba diferentes pontos de análise, havendo rubricas mais extensas que outras, sendo por isso necessário realizar um trabalho mais complexo.

CAPÍTULO V – ANÁLISE CRÍTICA AO ESTÁGIO

Este capítulo tem como objetivo a realização de uma análise crítica à entidade e às diversas atividades desenvolvidas durante o estágio. O último subcapítulo visa interligar os conhecimentos adquiridos durante a licenciatura e o mestrado e as atividades realizadas na empresa acolhedora do estágio.

5.1. Análise crítica à entidade

O estágio realizado na UHY & Associados, SROC, Lda. permitiu o desenvolvimento de competências na área de auditoria financeira e a obtenção de uma maior experiência na área da contabilidade, visto que as demonstrações financeiras são elaboradas com base no normativo contabilístico aplicável.

De modo a conhecer a empresa e o seu funcionamento, foi realizada uma reunião inicial que consistiu na apresentação do manual de políticas e procedimentos de controlo de qualidade interno e na explicação do acesso às informações necessárias ao longo dos trabalhos. Nessas mesmas reuniões foram revistos diversos conteúdos abordados na licenciatura e no mestrado, principalmente os tópicos mais relevantes que servem de base a todo o processo de auditoria. É de destacar que os membros da empresa mostraram, desde sempre, disponibilidade e interesse em explicar todos os procedimentos que devem ser adotados durante o exercício de auditoria e certas dúvidas que surgiam aquando da realização de atividades que exigiam maior conhecimento. Tudo isto contribuiu para uma boa integração e adaptação ao ambiente de trabalho da UHY.

A partir da realização de uma análise SWOT, definida por Keller e Kotler (2012) e Teixeira (2019), é possível efetuar uma análise interna à empresa através da identificação dos seus pontos fortes (*Strengths*) e pontos fracos (*Weaknesses*), bem como uma análise externa para detetar as oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*) provenientes do meio envolvente. A partir da análise SWOT, a empresa deve adotar medidas estratégicas para maximizar os pontos fortes, ultrapassar os pontos fracos, aproveitar as oportunidades detetadas no mercado e minimizar os efeitos das ameaças que enfrenta.

A UHY apresenta como ponto forte uma boa capacidade de formação profissional contínua, uma vez que organiza várias sessões de formação que permitem assegurar a atualização permanente dos conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades profissionais dos colaboradores. Estes programas de formação originam comportamentos

e atitudes mais eficientes e eficazes bem como uma maior satisfação profissional no exercício das funções, garantindo, assim, o sucesso da empresa e dos seus colaboradores.

Como já referido anteriormente, a UHY cria relações de longo prazo com os seus clientes, quer o seu posicionamento no mercado seja local, regional, nacional ou internacional, constituindo este aspeto um ponto forte da empresa. Essa relação baseia-se na oferta de uma gama completa de serviços assentes na confiança, profissionalismo, qualidade e disponibilidade depositadas em cada cliente.

A UHY possui uma equipa com competências abrangentes ao nível dos serviços profissionais prestados, sendo uma das razões que traduzem o sucesso desta empresa. A equipa é composta por colaboradores com elevado potencial de progressão técnica e pessoal, forte espírito de equipa e flexibilidade suficiente para trabalhar em diversas realidades empresariais, estando sempre dispostos a enfrentar os desafios de grande exigência e rigor que o mercado impõe. Nesse sentido, a qualidade profissional dos colaboradores permite a oferta de um serviço adequado às exigências de cada cliente e a procura das melhores soluções.

Pelo facto de a empresa ter alguns níveis hierárquicos podem existir, por vezes, problemas de comunicação entre os colaboradores, sendo um ponto fraco que considero importante melhorar. Tal pode provocar distorção de informação e uma certa desorganização, por exemplo quanto à distribuição de tarefas a cumprir, pois os colaboradores podem não saber exatamente quais as suas funções no processo de auditoria.

A UHY, ao oferecer uma gama completa de serviços, tem a oportunidade de expandir a carteira de clientes e incrementar atividades em todos os serviços e setores, promovendo a sua atuação a nível global nos maiores centros financeiros. Além disso, pode aproveitar as novas tecnologias que o mercado tem vindo a desenvolver nesta área, nomeadamente *softwares* informáticos de auditoria.

A entrada de novos concorrentes constitui uma ameaça que a empresa tem de enfrentar, dado que pode prejudicar o seu bom desempenho e comprometer a sua vantagem competitiva. Sendo assim, deve implementar medidas estratégicas que permitam diferenciar os seus serviços da concorrência. Esta ameaça também pode desencadear a perda de colaboradores fundamentais devido à oferta de melhores condições profissionais ou por se identificarem melhor com a cultura de outra empresa.

Na Figura 6 encontram-se esquematizados os tópicos explicados nos parágrafos anteriores.

Figura 6. Matriz SWOT

Ambiente interno	Pontos fortes	Oportunidades	Ambiente externo
	<ul style="list-style-type: none"> • Boa capacidade de formação profissional contínua; • Criação de relações duradouras com os clientes; • Oferta de uma gama completa de serviços assentes na confiança, profissionalismo e disponibilidade; • Profissionais com competências abrangentes ao nível dos serviços prestados; • Elevada qualidade profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão da carteira de clientes; • Incremento das atividades em todos os serviços e setores; • Aproveitamento das novas tecnologias. 	
	Pontos fracos	Ameaças	
	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas de comunicação entre os colaboradores; • Desorganização e distorção de informação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrada de novos concorrentes; • Perda de colaboradores fundamentais. 	

5.2. Análise crítica às atividades realizadas

Neste subcapítulo procede-se à análise crítica das atividades desenvolvidas durante o estágio, designadamente as tarefas desenvolvidas na fase de planeamento de auditoria, na fase intermédia e na fase final.

De forma a ir ao encontro dos objetivos pretendidos demonstrei sempre a máxima dedicação e empenho na realização de todas as tarefas solicitadas, tendo por base os conhecimentos adquiridos na licenciatura e no mestrado. De entre as várias atividades desenvolvidas existiram umas mais interessantes do que outras, contudo todas elas permitiam alargar a minha aprendizagem e experiência em várias áreas. É importante referir que foi sempre prestado o devido apoio pelos colegas de trabalho, traduzindo-se numa mais-valia para o meu desenvolvimento profissional, dado serem profissionais com vasto conhecimento na matéria.

5.2.1. Análise crítica às atividades de planeamento de auditoria

As atividades relacionadas com a organização e revisão do arquivo permanente são efetuadas todos os anos, antes da realização da auditoria, devido a existirem dados novos ou que necessitam de atualização. Para tal, é necessário efetuar pedidos de informação aos clientes e, conseqüentemente, arquivar os documentos no local correto consoante o seu conteúdo e propósito. Nesse sentido, é de extrema importância que estes estejam bem organizados para que a sua consulta durante o processo de auditoria seja fácil e rápida.

Mesmo havendo a necessidade de consultar documentos relativos a anos anteriores, estes encontram-se no sótão, estando arquivados em *dossiers* físicos assinalados por anos.

A atualização do arquivo permanente envolve bastante responsabilidade e tempo pelo facto de ser necessário analisar toda a informação constante deste arquivo, sendo a atividade que menos apreciei. Nalguns documentos mais específicos foi necessário questionar os meus colegas para perceber a pasta que mais se adequava à sua finalidade.

Na minha opinião, a empresa apresenta um arquivo permanente bem organizado, todavia, existem ainda alguns documentos que não se encontram na mesma pasta de empresa para empresa, gerando alguma confusão e dispêndio de tempo à sua procura. Sendo assim, é importante que o tratamento dos documentos seja feito consoante o índice do arquivo permanente elaborado para este fim. Relativamente aos documentos guardados no sótão, seria mais fácil se estes fossem igualmente digitalizados e arquivados no computador, devidamente organizados por anos.

Ao longo da realização dos procedimentos analíticos surgiram algumas dúvidas aquando da construção do balanço e da demonstração de resultados devido a existirem empresas, especificamente as do setor público, que aplicam o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas descrito na Portaria n.º 218/2016. Este sistema engloba outras contas para além das que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as empresas em geral e, além disso, não foi um assunto abordado na licenciatura e no mestrado, pelo que tive mais dificuldade em realizar esta atividade. No entanto, foi prestado o devido auxílio por parte dos colegas de trabalho.

5.2.2. Análise crítica às atividades da fase intermédia

Na fase intermédia são elaborados os diversos mapas de trabalho inerentes a cada rubrica sujeita a auditoria, sendo uma fase bastante complexa e que envolve um grande período de tempo. As atividades desenvolvidas nesta fase exigem uma maior responsabilidade e independência e, essencialmente, o conhecimento dos aspetos contabilísticos e fiscais subjacentes a cada conta auditada. Portanto, é nesta fase que são colocados em prática todos os conteúdos abordados nas diversas unidades curriculares da licenciatura e do mestrado. Na minha opinião, trata-se de uma fase dinâmica e muito enriquecedora a nível profissional, dado que é nesta etapa que se desenvolve o conhecimento sobre a auditoria financeira.

Antes de iniciar os papéis de trabalho foram-me comunicadas as possíveis distorções que podiam existir ao longo da análise de cada rubrica. Considero muito importante este

tipo de informação, uma vez que facilita todo o processo de auditoria, não se despendendo tempo com questões imateriais. Além disso, permite que a pessoa responsável pela análise da área se enquadre na situação da empresa auditada.

As atividades realizadas na área de ativos fixos tangíveis foram fáceis de executar devido a ser uma área bastante abordada a nível académico. No entanto, é um pouco extensa, dado que existem vários tópicos que devem ser confirmados. Através da análise desta rubrica consegui detetar a existência de obras em curso já concluídas e ainda não transferidas para ativo fixo tangível. Isto acontece porque as empresas querem evitar a depreciação dos ativos para não diminuir o resultado líquido. Há certas rubricas que devem ser analisadas de forma mais cuidada, como é o caso desta, para evitar situações de manipulação de resultados.

A rubrica de Estado e outros entes públicos é uma área rápida de analisar, a não ser que a empresa possua planos prestacionais com o Estado, sendo importante verificar de uma forma mais detalhada até que ponto os mesmos estão a ser cumpridos. Às vezes as empresas não dispõem do plano inicialmente acordado, tornando-se um processo mais complicado de analisar e demoroso. Alguns clientes dão acesso ao Portal das Finanças para facilitar a extração de todos os documentos necessários para testar os pagamentos ao Estado bem como outras rubricas.

A meu ver, as reconciliações bancárias são muito importantes de realizar no âmbito da auditoria para detetar diferenças entre os movimentos contabilísticos e os movimentos bancários. É uma atividade fácil de executar dado que é apenas necessário reconstruir um saldo partindo do outro, tendo em conta as diferenças encontradas. Ou seja, a partir do saldo do banco e depois de adicionar e/ou subtrair as diferenças, apura-se o saldo da contabilidade.

A conciliação do e-fatura com os saldos mensais das vendas e prestações de serviços foi a tarefa mais difícil que executei nesta área. Tal deve-se ao facto de existirem faturas registadas noutras contas que são igualmente comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira, devendo por isso serem tidas em consideração na conciliação. De forma a facilitar a identificação destas contas é habitual extrair-se do e-fatura todas as faturas entregues por meses. Contudo, nalgumas empresas torna-se um processo demoroso por existirem centenas de faturas registadas, sendo apenas possível extrair 300 faturas de cada vez.

Normalmente a rubrica de fornecimentos e serviços externos é bastante ampla, razão pela qual é necessário despende algum tempo na sua análise. Trata-se de uma área

trabalhosa por incluir grande parte dos gastos da empresa, sendo eles de diversa natureza. Existem áreas mais complexas de analisar, nomeadamente a conta de seguros, por estar associada a diferimentos, e a conta relativa a despesas de conservação e reparação, uma vez que é necessário conferir se as mesmas apenas incluem gastos do período. Nestes casos, foi disponibilizada ajuda por parte dos meus colegas, permitindo uma análise correta e bem fundamentada. Na maioria das empresas os documentos selecionados encontram-se em *dossiers* físicos e, muitas vezes, é difícil encontrar a fatura pretendida. Além disso, têm de ser digitalizados e arquivados na respetiva pasta, tornando-se, por isso, um processo demorado.

Os gastos com o pessoal são igualmente uma área de elevada complexidade e que envolve uma série de trabalhos a realizar, nomeadamente no que concerne aos testes aos vencimentos dos colaboradores. Esta tarefa foi das mais interessantes de executar devido a ser necessário conjugar vários conhecimentos das áreas de contabilidade e fiscalidade. Pelo facto de serem áreas sujeitas a constantes alterações legislativas também permitiu a atualização do conhecimento. Considero que a realização de testes aos controlos é uma atividade complexa, visto que é necessário explorar as diversas convenções coletivas de trabalho, que variam consoante a atividade da empresa, para conhecer os direitos e deveres dos colaboradores, assim como da entidade patronal. Além disso, é necessário articular vários documentos, tais como o cadastro e a folha de ponto, no sentido de verificar a veracidade dos respetivos recibos de vencimento.

O acompanhamento da contagem física de inventários permitiu obter maior conhecimento acerca do leque de bens que a empresa detém. Um aspeto menos positivo desta atividade tem a ver com a arrumação e organização do armazém que, muitas vezes, não é bem conseguida pelas empresas, originando várias recontagens de inventário. No caso da empresa auditada ser uma fábrica, a contagem torna-se ainda mais difícil pelo facto de os bens inventariados estarem constantemente a ser utilizados durante o processo produtivo, havendo muitas saídas de inventário ao longo da contagem. Nestas situações, é necessário ter em consideração esta condicionante na análise dos desfasamentos entre as quantidades contadas e as registadas no sistema informático, devendo os mesmos serem bem justificados. Esta é uma tarefa fácil de ser realizada de forma autónoma.

5.2.3. Análise crítica às atividades da fase final

No fecho de contas procede-se à revisão e atualização de todos os mapas de trabalho elaborados na fase intermédia, sendo um período que exige um elevado ritmo de trabalho,

pois há prazos a cumprir. Nesta fase é normal a realização de auditorias em várias empresas ao mesmo tempo devido ao fecho de contas acontecer em datas sucessivas. Pelo facto de já estar familiarizada com os procedimentos adotados em cada rubrica, a respetiva análise foi mais acessível e rápida. Considero que é de extrema importância a existência de organização e de uma boa distribuição de tarefas, de modo que o tempo seja preenchido de forma eficiente e eficaz.

Em relação às circularizações, existem determinados clientes e fornecedores cujo saldo é difícil de conciliar devido à vasta faturação. Além disso, é sempre necessário reforçar os pedidos de confirmação de saldos porque nem todas as empresas selecionadas respondem à primeira solicitação. Esta tarefa envolve um elevado grau de responsabilidade e organização, uma vez que são enviados e recebidos vários *e-mails* de diferentes empresas.

Os mapas de trabalho realizados na fase final devem apresentar todas as conclusões resultantes do trabalho efetuado, desde procedimentos adotados, distorções identificadas e respetivas justificações. Adicionalmente, devem ser corretamente arquivados no arquivo corrente, refletindo toda a prova de auditoria.

Como referido anteriormente, é habitual realizar a auditoria nas instalações do cliente, sendo efetuadas duas visitas, uma na fase intermédia e outra na fase final. No entanto, não foi possível efetuar a segunda visita a algumas empresas devido ao agravamento da situação pandémica causada pela COVID-19. Pelo facto de o trabalho ter sido efetuado à distância houve uma maior demora na receção de informações e documentos necessários, assim como na resposta às dúvidas colocadas.

5.3. Aplicação de conhecimentos adquiridos durante a licenciatura e o mestrado

Ao longo de todo o estágio foi essencial aplicar os conhecimentos adquiridos em algumas unidades curriculares da licenciatura em Gestão e do mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, mais precisamente no âmbito da auditoria, contabilidade e fiscalidade. Todas as atividades desenvolvidas exigiram a aplicabilidade prática dos conceitos teóricos lecionados na unidade curricular de Auditoria, sendo a base de todo o trabalho. Pelo facto de a auditoria financeira ser uma atividade bastante complexa e que abrange diversas áreas, tornou-se necessário conjugar os conteúdos abordados nas unidades

curriculares de Contabilidade I e II, Fiscalidade, Fiscalidade Avançada, Contabilidade de Operações Especiais, Contabilidade e Gestão Fiscal, e Análise e Relato Financeiro.

As atividades desenvolvidas na análise das diversas rubricas tiveram por base os conceitos teóricos abordados na unidade curricular de Auditoria, especificamente os capítulos sobre a auditoria financeira, o planeamento em auditoria e o controlo interno. Estes capítulos permitiram adquirir conhecimento acerca das tarefas que devem ser executadas no planeamento da auditoria e dos procedimentos e testes que devem ser adotados em cada área nas duas fases.

De modo a compreender melhor algumas políticas contabilísticas relativas aos ativos fixos tangíveis, nomeadamente o seu reconhecimento, mensuração, depreciação e imparidade, recorreu-se à Norma Contabilística e de Relato Financeiro 7, lecionada na unidade curricular de Análise e Relato Financeiro, e ao capítulo referente a este tópico explorado nas unidades curriculares de Contabilidade I e Contabilidade e Gestão Fiscal. Relativamente à parte fiscal subjacente aos ativos fixos tangíveis foi igualmente utilizado o capítulo referente ao IRC, tratado na unidade curricular de Fiscalidade, o qual inclui o conceito das mais e menos-valias e dos encargos não dedutíveis fiscalmente.

Para a verificação do IVA na rubrica de Estado e outros entes públicos foi útil o apuramento do IVA abordado na unidade curricular de Contabilidade I, sendo um capítulo que permitiu compreender se a empresa tem IVA a pagar ou a recuperar. Ainda dentro desta área, lembrou-se todas as particularidades e limitações referentes aos pagamentos por conta debatidas nas unidades curriculares de Fiscalidade e Fiscalidade Avançada, no capítulo de IRC referido anteriormente. As retenções na fonte de IRS e as contribuições para a Segurança Social foram igualmente abordadas na unidade curricular de Fiscalidade, no tópico referente ao IRS.

As tarefas concretizadas nas reconciliações bancárias exigiram a revisão de alguns conceitos teóricos e práticos lecionados na unidade curricular de Auditoria, no capítulo de controlo interno, mais precisamente os testes substantivos respeitantes a esta rubrica e o preenchimento da folha de reconciliação. Este assunto foi igualmente explorado na unidade curricular de Contabilidade I, no capítulo relativo a meios financeiros líquidos.

Na rubrica de vendas e serviços prestados foram também desenvolvidas atividades mencionadas no capítulo de controlo interno da unidade curricular de Auditoria, nomeadamente a conciliação do e-fatura com o extrato contabilístico e as formalidades exigidas na fatura, sendo estas últimas igualmente estudadas na unidade curricular de Fiscalidade, no tópico de IVA. A unidade curricular de Contabilidade I também inclui um

capítulo denominado de réditos e clientes que explica todos os procedimentos relacionados com esta área.

A análise da conta de fornecimentos e serviços externos requereu a revisão dos diferimentos de gastos explicados no capítulo de operações de final do período da unidade curricular de Contabilidade II. Para verificar a dedutibilidade do IVA nas despesas com combustíveis tornou-se necessário relembrar os conhecimentos adquiridos na unidade curricular de Contabilidade I, designadamente no tópico de operações com gastos, e na unidade curricular de Fiscalidade, no capítulo de IVA.

Nos gastos com o pessoal existiram algumas atividades que implicaram a aplicação de conceitos adquiridos em algumas unidades curriculares da licenciatura. A análise desta rubrica requer algum conhecimento acerca do processamento de ordenados e do seu registo contabilístico, abordados na unidade curricular de Contabilidade I. As tabelas de IRS, os limites legais do subsídio de alimentação e das ajudas de custo e os rendimentos sujeitos e os não sujeitos a descontos foram explorados na unidade curricular de Fiscalidade, no tópico de IRS. Também foi importante ter alguma noção dos benefícios dos empregados estudados na unidade curricular de Contabilidade de Operações Especiais, dado que existem funcionários que recebem outros tipos de remuneração para além do rendimento base.

O acompanhamento da contagem física de inventários e a confirmação de contas a pagar ou a receber foram atividades que exigiram, essencialmente, a aplicação de alguns conhecimentos lecionados na unidade curricular de Auditoria, nomeadamente os procedimentos que devem ser adotados durante a contagem, como por exemplo a necessidade de haver uma segregação de funções, e ao longo dos pedidos de circularização, pois em casos de não obtenção de resposta devem ser implementados procedimentos alternativos.

De um modo geral, por ser licenciada em Gestão e possuir especialização em Finanças e Contabilidade através do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, ou seja, ter algum conhecimento nesta área, consegui desempenhar as tarefas com maior facilidade. No entanto, foi sempre necessário ir aperfeiçoando o trabalho desenvolvido nas rubricas à medida que ia adquirindo maior prática.

Da análise crítica ao estágio, conclui-se que a UHY possibilita uma elevada capacidade de formação profissional, que permite a atualização e o desenvolvimento de conhecimentos em todas as áreas abrangidas pela auditoria financeira. Este ponto forte gerou a constituição de uma equipa de trabalho com competências abrangentes ao nível

dos serviços prestados, que oferece soluções adequadas às necessidades de cada cliente. A existência de alguns níveis hierárquicos pode originar problemas de comunicação, sendo um ponto fraco a melhorar. O desenvolvimento de novas tecnologias e a expansão da carteira de clientes são oportunidades que a empresa deve aproveitar para fazer face à entrada de novos concorrentes. Quanto às atividades desenvolvidas, existem áreas que requerem um trabalho mais complexo e rigoroso, nomeadamente a rubrica de ativos fixos tangíveis, de fornecimentos e serviços externos e de gastos com o pessoal. Em todas as atividades executadas foi necessário colocar em prática os conhecimentos obtidos na licenciatura e no mestrado, destacando-se as unidades curriculares de Contabilidade I e II, Fiscalidade, Fiscalidade Avançada, Contabilidade de Operações especiais, Análise e Relato Financeiro e Contabilidade e Gestão Fiscal.

CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO

Este relatório de estágio teve como objetivo a obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, na Universidade dos Açores. O estágio subjacente insere-se na área da auditoria financeira, tendo sido realizado por uma empresa privada, a UHY & Associados, SROC, Lda., encontrando-se ao abrigo do programa Estagiar L, o qual teve início no dia 1 de outubro de 2020 e término no dia 30 de junho de 2021.

O estágio permitiu o desenvolvimento de competências a nível profissional e pessoal, sendo, por isso, uma mais-valia em termos de experiência e aprendizagem. O contacto com diversos clientes e setores de atividade possibilitou a acumulação de conhecimento na área de auditoria financeira e em toda a restante área contabilística, uma vez que as demonstrações financeiras são elaboradas com base no normativo contabilístico aplicável e noutras disposições legais.

A UHY tem vindo a consolidar lugar entre as mais privilegiadas empresas de serviços profissionais nas áreas de auditoria, contabilidade e consultoria a operar no mercado nacional. A prestação de serviços de alta qualidade traduz um dos principais valores que esta entidade prioriza. A oferta de soluções personalizadas e inovadoras também possibilita que os serviços sejam adequados às necessidades e cultura de cada cliente, demonstrando a sua flexibilidade em arranjar as melhores soluções que permitam o alcance de melhores resultados.

Com a elaboração do enquadramento teórico constata-se que a auditoria financeira é um importante sistema de apoio à gestão e ao desempenho da entidade, cujo objetivo é aumentar o grau de confiança dos utilizadores das demonstrações financeiras através da opinião que é emitida pelo auditor. Este é responsável por determinar se as demonstrações financeiras representam ou não uma imagem verdadeira e apropriada da empresa, bem como se estão isentas de distorções materiais relevantes provocadas por fraudes ou erros. Além deste tipo de auditoria, existem outros, nomeadamente auditoria interna, externa, forense, operacional, de gestão, prospetiva e estratégica. Pelo facto das entidades auditadas não serem todas iguais, cabe ao auditor desenvolver uma estratégia geral e um plano de auditoria devidamente documentado e adequado às características da empresa. Nesse sentido, é necessário obter prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para justificar as conclusões que sustentam a sua opinião.

Relativamente às atividades desenvolvidas no estágio, é muito importante que todo o processo de auditoria seja alvo de um planeamento antecipado, cujo objetivo assenta na atualização do arquivo permanente, na definição da estratégia, no conhecimento da entidade e do seu meio envolvente, e na realização de alguns procedimentos analíticos. É de salientar que nesta fase é essencial que o arquivo permanente esteja bem organizado, de modo a facilitar toda a restante auditoria. As tarefas executadas nas diferentes áreas auditadas permitiram aplicar uma variedade de conteúdos apreendidos durante a licenciatura e o mestrado, visto que cada rubrica engloba diferentes tópicos de análise, havendo umas mais extensas que outras.

Quanto à entidade em si, a UHY proporciona uma elevada oportunidade de aprendizagem e formação contínua em todas as áreas abrangidas pela auditoria financeira. De um modo geral, todas as atividades desenvolvidas foram bem conseguidas, sobretudo devido à excelente equipa de trabalho que sempre demonstrou interesse em ajudar, contribuindo para uma melhor integração e adaptação ao estágio. Todos os conhecimentos obtidos na licenciatura e no mestrado foram uma mais-valia para a realização deste estágio, destacando-se as unidades curriculares de Contabilidade I e II, Fiscalidade, Fiscalidade Avançada, Contabilidade de Operações Especiais, Análise e Relato Financeiro e Contabilidade e Gestão Fiscal.

Concluo que a elaboração deste relatório traduz o meu crescimento a nível pessoal e profissional, representando o primeiro contacto com o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- Almeida, B. (2019). *Auditoria Financeira: Uma Análise Baseada no Risco*. 3.^a Edição, Escolar Editora.
- Almeida, F. (2016). *Introdução à Gestão de Organizações*. 4.^a Edição, Escolar Editora.
- Almeida, J. (2000). *Auditoria Previsional e Estratégica*. Vislis Editores.
- Alves, J. (2015). *Princípios e Prática de Auditoria e Revisão de Contas*. 1.^a Edição, Edições Sílabo.
- Chiavenato, I. (2004). *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 7.^a Edição, Editora Campus.
- Código de IRS. (2020). *Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares*. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/cirs_rep/Pages/codigo-do-irs-indice.aspx
- Código de IVA. (2020). *Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado*. https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/civa_rep/Pages/codigo-do-iva-indice.aspx
- Costa, C. (2019). *Auditoria Financeira: Teoria & Prática*. 12.^a Edição, Rei dos Livros.
- Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro. *Diário da República n.º 178/2009: Série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.
- Decreto-Lei 137/2010 de 28 de dezembro. *Diário da República n.º 250/2010: Série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.
- ISA 200. (2009). *Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria*. IAASB. Lisboa: OROC.
- ISA 300. (2009). *Planear uma Auditoria de Demonstrações Financeiras*. IAASB. Lisboa: OROC.
- ISA 315. (2009). *Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material Através do Conhecimento da Entidade e do Seu Ambiente*. IAASB. Lisboa: OROC.

- ISA 320. (2009). *Materialidade no Planeamento e Execução de uma Auditoria*. IAASB. Lisboa: OROC.
- ISA 500. (2009). *Prova de Auditoria*. IAASB. Lisboa: OROC.
- ISA 520. (2009). *Procedimentos Analíticos*. IAASB. Lisboa: OROC.
- Keller, K., & Kotler, P. (2012). *Administração de Marketing*. 14.^a Edição, Prentice Hall.
- Laruccia, M. (2012). A Missão Empresarial. *Augusto Guzzo Revista Acadêmica*.
- Lopes, I. (2019). *Auditoria Financeira – Do Controlo Interno ao Controlo Externo Independente*. Almedina.
- Morais, G., & Martin, I. (2013). *Auditoria Interna: Função e Processo*. 4.^a Edição, Áreas Editora.
- Portaria n.º 1553-D/2008 de 31 de dezembro. *Diário da República n.º 252/2008, 4º Suplemento: Série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.
- Portaria n.º 218/2016 de 9 de agosto. *Diário da República n.º 152/2016: Série I*. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.
- Segurança Social. (2021a). *Sou Empregador – Contribuições*. Download efetuado em 19 de março de 2021, em <http://www.seg-social.pt/calculo-das-contribuicoes1>
- Segurança Social. (2021b). *Sou Cidadão – Contribuições*. Download efetuado em 19 de março de 2021, em <http://www.seg-social.pt/trabalhadores-por-conta-de-outrem>
- Teixeira, S. (2019). *Gestão das Organizações*. 3.^a Edição, Escolar Editora.
- Teixeira, S. (2020). *Gestão Estratégica*. 2.^a Edição, Escolar Editora.
- UHY. (2019). *Relatório de Transparência do Exercício de 2019*. <http://www.uhy-portugal.pt/>
- UHY. (2020a). *A firma*. Download efetuado em 7 de outubro de 2020, em <http://www.uhy-portugal.pt/firma.html>

UHY. (2020b). *Entidades Legais*. Download efetuado em 7 de outubro de 2020, em http://www.uhy-portugal.pt/firma_entidades.html

UHY. (2020c). *Serviços*. Download efetuado em 7 de outubro de 2020, em <http://www.uhy-portugal.pt/servicos.html>

UHY. (2020d). *Valores*. Download efetuado em 7 de outubro de 2020, em http://www.uhy-portugal.pt/firma_valores.html

UHY. (2020e). *Porquê a UHY*. Download efetuado em 7 de outubro de 2020, em http://www.uhy-portugal.pt/firma_porque.html

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Economia e Gestão

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal



RE

Auditoria financeira: o caso da UHY & Associados, SROC, Lda.

Tânia Maria Cordeiro Raposo